

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

AURIVANIA DE PAULA CARVALHO

**SERVIÇO SOCIAL, E PREVIDÊNCIA SOCIAL: A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS
NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS**

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2016

AURIVANIA DE PAULA CARVALHO

SERVIÇO SOCIAL, E PREVIDÊNCIA SOCIAL: A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS NO
MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Tocantins, Campus de Universitário de Miracema, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof^a Josenice Ferreira dos Santos Araújo.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

C331s Carvalho,, Aurivania de Paula.

Serviço Social, e Previdência Social:: a efetivação dos direitos no Município de Miracema do Tocantins . / Aurivania de Paula Carvalho,. – Miracema, TO, 2016.
99 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2016.
Orientador: Josenice Ferreira dos Santos Araújo

1. Atuação profissional. 2. Código de ética. 3. Efetivação de direitos. 4. Direitos da mulher. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AURIVANIA DE PAULA CARVALHO

SERVIÇO SOCIAL, E PREVIDÊNCIA SOCIAL: A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS NO
MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Universidade Federal do Tocantins, Campus de
Universitário de Miracema, para obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da
Profª Josenice Ferreira dos Santos Araújo.

Data de Apresentação: 18/07/2016

Banca examinadora:

Profª Dra. Josenice Ferreira dos Santos Araújo, Orientadora, UFT.

Profa. Dra. Maria Helena Cariaga Silva, Avaliadora, UFT.

Profa. Msc. Glete Fabiana Vale, Avaliadora, UFT.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pois, acredito em sua existência não só pelo fato de ser católica, mas por todas as maravilhas vivenciadas que não são explicadas por via da ciência, pelos momentos em que o desespero surge e a vida se mostra sem sentido e do nada a fé aumenta e a presença de Deus se manifesta na esperança que nasce a partir de cada obstáculo transposto, pela presença de pessoas especiais que encontro em meio aos trajetos que a vida me encaminha, pessoas amigas e familiares que me apóiam mesmo nos momentos que eu me torno ingrata por meios de atos incompreensíveis de entendimento.

Agradeço a minha mãe Ana pela dedicação e paciência em todos os momentos de minha vida, principalmente aqueles em que sou incompreensível, impaciente, em que penso ter razão em tudo, ao meu pai Alexandre (in memória), onde a saudade só não é maior que os ensinamentos que ficaram cravados em minhas recordações, a sua presença é viva pelos momentos que passei em sua companhia e que me dão força para continuar a minha caminhada buscando de cabeça erguida vencer todas as batalhas que são postas pela vida. As minhas duas filhas que tanto amo, Alexandra e Joanne, por suportarem a minha impaciência e ausência nessa trajetória acadêmica, ao longo destes anos, onde transpus parte de minhas responsabilidades a elas e mesmo assim, apoiarem-me nessa constante busca. Aos meus oito irmãos, que me apóiam mesmo quando não concordavam com minhas atitudes, que me fizeram rir nos momentos em que perceberam minha tristeza. Aos meus quatorzes sobrinhos, que só me trazem alegria, em especial a Luciane e o Lucas Gabriel que me fizeram companhia na madrugada que minutei esta parte do trabalho. Aos meus/minhas cunhados/as que me apoiarem no decorrer da caminhada. A minha madrinha e a minha tia Raimunda que reclamaram minha presença, mas entenderam o porquê de minha ausência em suas vidas. Aos afilhados, André Ancelmo, Luiz Augusto e Carlos Alexandre, que tanto amo, mas tive que me distanciar no decorrer desse percurso.

Agradeço aos meus amigos de antes em especial a Rosana e a Samara mesmo reclamando a minha ausência compreenderam o porquê de sua existência e os que me conquistaram durante a trajetória acadêmica, em especial a Isaura e a Josehina (também de antes), e com os demais colegas com os quais passei momentos que ficaram cravados em minhas lembranças, a Bárbara que esteve

presente nessa caminhada.

Agradeço a todos os professores que contribuiu no decorrer dessa trajetória de minha vida acadêmica em especial a professora em doutoramento Marileia, bem como todos os profissionais que lidam no campus da Universidade Federal do Tocantins do município de Miracema do Tocantins. Em especial, quero agradecer à minha querida professora, orientadora, futura colega de profissão, companheira nesse trajeto especial, a Mestra. Josenice Ferreira dos Santos Araújo, primeiramente por me aceitar como sua orientanda neste trabalho agradecer com meus mais sinceros sentimentos o apoio, a paciência, a disposição que dedicou ao me orientar. Enfim, agradeço por contribuir de forma especial a conclusão deste valioso trabalho.

Agradeço à minha banca pela disponibilidade e atenção que dispuseram ao meu trabalho, a professora..... Maria Helena Cariaga e a Assistente Social do INSS Glete Fabiana Vale. A professora Maria Helena pelo domínio no que se refere ao processo do trabalho na visão marxista, a Glete pelo domínio na Política Previdência, assim como o olhar técnico no que se refere a atuação profissional no âmbito do INSS.

“Qualquer que seja o valor subjetivo da moral, do progresso e outros grandes princípios do pensamento, essa bela fraseologia não influi para nada nas flutuações das sociedades humanas; só por si é impotente para efetuar a menor mudança”

Karl Marx.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a atuação dos/as profissionais de Serviço Social do INSS frente ao processo de efetivação de direitos Previdenciários embasados na Política de Proteção Social no âmbito da APS do município de Miracema do Tocantins no decorrer do ano de 2015, e analisar o quantitativo de benefícios (requeridos, concedidos e indeferidos) no referido ano. O trabalho traz uma abordagem acerca da inserção do Serviço Social na Política Previdenciária e a luta da categoria pela permanência no quadro funcional. O estudo traz uma importante contribuição para o registro da luta histórica do Serviço Social, pautado num período permeado por lutas e resistências da classe trabalhadora, não só no âmbito do INSS, como no País, marcado por momentos históricos de destituição de direitos em todos os âmbitos que perpassam o que afirma a Constituição Federal de 1988, e atinge a Política Previdenciária através de desmontes de direitos conquistados pelos os trabalhadores. O Serviço Social como ciência e o Assistente Social enquanto profissional se introduzem na luta pela efetivação dos direitos sociais e de uma nova ordem societária, buscando a equidade e a justiça social, como dispõe o Código de Ética do/da Assistente Social e o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Palavras-Chave: Atuação Profissional. Benefícios. Código de Ética. Constituição Federal. Efetivação de Direitos. Luta da Categoria e dos Trabalhadores. Projeto Ético-Político do Serviço Social. Proteção Social. Serviço Social.

ABSTRACT

This work is research object the performance of / professional Social INSS Service against the Social Security rights effective process grounded in the Social Protection Policy within the Tocantins Miracema municipality of APS during the year 2015, and analyze the quantitative benefits (required, granted and rejected) in that year. The paper presents an approach on the inclusion of Social Work in Social Security Policy and the fight category for stay in the workforce. The study makes an important contribution to the record of the historical struggle of Social Work, based in permeated period of struggles and resistance of the working class, not only in the INSS, as the country marked by historical moments rights of impeachment at all fields that pervade it claims the Federal Constitution of 1988 and reaches the Social Security Policy through takedowns rights won by workers. Social work as a science and the social worker as a professional are introduced in the struggle for the realization of social rights and a new social order, seeking equity and social justice, as provided for in the Code of Ethics / Social Assistant and Ethics Project -political Social Services.

Keywords: Professional Practice. Benefits. Code of ethics. Federal Constitution. Effective Rights. Fight Category and Workers. Ethical-Political Project of Social Work. Social Protection. Social service.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Cronograma do Serviço Social na Previdência Social.....	30
Quadro 02: Os onze princípios do Código de Ética do Serviço Social de 1993, que norteiam os/as Assistentes Sociais	45
Quadro 03: Gestão Tempo de Luta e Resistência – CEFSS – 2011-2015	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Benefícios requeridos em 2015 nas 12 APS e na APS Demandas Judiciais	70
Tabela 02: Total de benefícios requeridos em quantitativos da soma do 12 meses referentes ao ano de 2015 nas 12 APS e na APS de Demandas Judiciais	71
Tabela 03: Relação de benefícios requeridos na agência da Previdência Social Município de Miracema do Tocantins no ano de 2015	72
Tabela 04: Dos Benefícios Concedidos em 2015 nas 12 APS e na APS Demandas Judiciais do INSS no Estado do Tocantins.....	73
Tabela 05: Percentual dos benefícios concedidos em 2015, nas dozes agências, com destaque para a agência do município de Miracema do Tocantins lócus da pesquisa.....	74
Tabela 06: demonstrativos do quantitativo e do percentual dos Benefícios concedidos em Miracema do Tocantins	75
Tabela 07: Dos Benefícios Indeferidos em 2015 nas 12 APS e na APS Demandas Judiciais do INSS no Estado do Tocantins.....	75
Tabela 08: Total de benefícios requeridos em quantitativos da soma dos 12 meses referentes ao ano de 2015 nas 12 APS e na APS de Demandas Judiciais	76
Tabela 09: Percentual de Benefícios Indeferidos em 2015 na APS do município de Miracema do Tocantins	77
Tabela 10: Caracterização dos Sujeitos.....	79
Tabela 11: demonstrativa referente aos seguintes dados: ao tempo de formação profissional; experiência na área da Previdência; tempo de serviço prestado ao INSS; as principais demandas e os órgãos que formam a rede sócio- previdenciária	81
Tabela 12: O trabalho do assistente social no âmbito do INSS requer parcerias para que se alcance efetivação dos direitos, de acordo com as falas dos sujeitos da pesquisa.....	83
Tabela 13: Demonstrativo específico aos serviços mais demandados e ofertados pelo o profissional Serviço Social nas APS do INSS do Estado do Tocantins	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Benefícios Requeridos em 2015 no município de Miracema do Tocantins	72
Gráfico 02: Benefícios Concedidos em 2015 no município de Miracema do Tocantins	75
Gráfico 03: Benefícios Indeferidos em 2015 no município de Miracema do Tocantins	79

LISTA DE SIGLAS

APS - Agência de Previdência Social
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CAPS – Caixa de Aposentadorias e Pensões
CEME – Central de Medicamentos
CFESS- Conselho Federal de Serviço Social
CLPS- Consolidação das Leis da Previdência Social
CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas
CNT- Conselho Nacional do Trabalho
FGTS- Fundo Garantia por Tempo de Serviço
FUNABEM – Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor
IAP- Instituto de Aposentadoria e Pensão
INPS- Instituto Nacional de Previdência Social
INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
ISSB – Instituto de Serviços Sociais do Brasil
LBA- Legião Brasileira de Assistência
LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social
LOPS- Lei Orgânica da Previdência Social
MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social
MPS – Ministério da Previdência Social
MPOG – Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
PBA- Plano Básico de Ação
PEC – Proposta de Ementa Constitucional

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL, DA POLITICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, E DO SERVIÇO SOCIAL COM PROFISSÃO.....	18
2.1 Processo histórico da seguridade social e da previdência social.....	19
2.2 A Constituição Federal de 1988 avanços e retrocessos que perpassam a contemporaneidade	26
2.3 Inserção do serviço social nesse espaço ocupacional de labor	30
3 SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL, MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, SISTEMA PREVIDÊNCIBRIO BRASILEIRO E GARANTIA DE DIREITOS.....	34
3.1 Serviço social, da implantação à luta da categoria pela permanência no quadro funcional do INSS.....	34
3.2 Questão social e a relação com o fazer profissional do assistente social no âmbito da política previdência	53
3.3 Terceirização do trabalho e a desvalorização do trabalhador	56
3.4 Capital especulativo e suas faces	58
4 A PERCEPÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO AMBITO DO INSS DO MUNICÍPIO DE MIRACEMA SOBRE A EFETIVAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS.....	65
4.1 As metodologias da pesquisa junto ao/s sujeito/s.....	65
4.2 A identificação da percepção dos assistentes sociais no âmbito do INSS no município de Miracema do Tocantins	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS.....	94
APÊNDICES	97

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso traz como tema: **Serviço Social, e Previdência Social: a efetivação dos direitos no Município de Miracema do Tocantins**, este versará a respeito da atuação do assistente social frente à conjuntura posta pelo o sistema de trabalho na Agência da Previdência Social no município de Miracema do Tocantins – TO, no que se refere à atuação profissional do assistente social no processo de garantia de direitos dos usuários relativos à política previdenciária. Embora isto signifique conquista historicamente construída pela categoria profissional, para se manter atuante no âmbito do INSS, e conseqüentemente, aprimorarem os serviços prestados aos seus usuários, torna se evidente que alguns pontos estão enviesados neste processo onde se apontam os avanços e também os retrocessos dessa conquista tida como marco a luta contra a destituição da categoria na equipe funcional do INSS.

Outro fator que contribuiu para a motivação desse trabalho foi à possibilidade de adquirirmos maior conhecimento sobre a Política de Previdência Social através do estudo da atual conjuntura do INSS especialmente no município de Miracema, lócus do trabalho. Os avanços conquistados pelos beneficiários, as fragilizações e fragmentações dos direitos sociais, bem como o desmonte das políticas sociais, a atuação do profissional de Serviço Social frente a esse processo histórico de conquistas e perdas de direitos, buscando assim compreendermos a luta da classe trabalhadora frente o processo de desvalorização, tanto do trabalhador quanto da parcela excluída da sociedade que necessita da política de previdência social ressaltando que esta política é custeada em boa parte pelo os trabalhadores, pelas as empresas, pelo os aposentados e pelo o Estado através dos impostos e tributos recolhidos, onde si traduz na sociedade com um todo.

O Serviço Social na política previdenciária luta junto à população em defesa do acesso aos direitos sociais participa do planejamento, formulação e execução desta política social. Fazendo necessário, nesse sentido, destacar que o espaço para o Serviço Social dentro dessa política, ao longo do tempo, vem se ampliando e se consolidando, haja vista que os Assistentes Sociais são uma categoria profissional que lidam rotineiramente com a população que não consegue ter acesso a esses direitos.

Durante o período de planejamento e elaboração do projeto de TCC surgiram e se acumularam inquietações e indagações sobre a atuação do assistente social no âmbito do INSS, as quais resultaram na elaboração e prontamente na execução deste trabalho o qual busca analisar a atuação de uma categoria profissão.

Essas metamorfoses no mundo do trabalho e seus efeitos de minimização nas políticas sociais fazem com que o Assistente Social em âmbito previdenciário desenvolva um trabalho frente à demanda da população usuária em geral, respaldado nos princípios do direito. Atualmente o aumento do desenvolvimento de políticas previdenciárias tem levado o assistente social a contribuir, de forma mais decisiva no trabalho junto aos beneficiários, nas suas mais diversas configurações. Portanto, se faz necessário ampliar as produções teóricas direcionadas ao trabalho na efetivação dessas políticas.

Não nos restou dúvida que havia a necessidade de aprofundarmos o conhecimento científico sobre o fazer do serviço social na área previdenciária, uma vez que são escassas as pesquisas na área da Seguridade Social.

Buscamos através do resultado dessa pesquisa conhecer o fazer do assistente social, contribuindo assim para o enfrentamento das situações em que se encontram os usuários do Serviço Social do INSS vinculados a política de previdência no município de Miracema do Tocantins. Fica, pois, nítida a importância da academia para a formação do profissional comprometido com o atuar responsável, ético e político dentro do espaço de labor, uma vez conhecedor da trajetória de luta histórica da profissão prisma por uma atuação direcionada para os usuários e suas demandas, e na medida do possível (autonomia relativa), ampará-los em situações de vulnerabilidade social, informado de seus direitos e obrigações, visto que os beneficiários muitas vezes buscam amparo legal na via sócio jurídica, pois desconhecem o objeto de atuação de trabalho do profissional de Serviço Social, no âmbito do INSS, que se firma na emancipação humana.

Este pretendo estudo é relevante por que se enquadra na tendência investigativa atual das ciências sociais e busca compreender a dinâmica da atuação do assistente social na política previdenciária, por meio das classes de análises, como Questão Social, Serviço Social, Seguridade Social (política de previdência) e Trabalho, visto que este objetiva, nesta esfera, a garantia dos direitos civis, sociais e

trabalhistas que muitas vezes são negados antes mesmo de se tornarem conhecidos por seus beneficiários.

O resultado do presente trabalho é dividido em introdução e quatro capítulos: o primeiro capítulo discorre sobre o surgimento da Seguridade Social e os modelos de proteção social em forma de políticas sociais. Discorreremos sobre o processo histórico dando ênfase maior a Seguridade Social (Política de Previdência) brasileira e o modelo de proteção social adotado nas várias denominações que antecederam o atual Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e o surgimento do Serviço Social em seu quadro funcional, o qual será abordado com maior ênfase no segundo capítulo que pontua o objeto central da pesquisa.

Guerra, (2007, p. 6) aponta que “é no estágio monopolista do capitalismo que a questão social vai se transformando em objeto de intervenção sistemática e contínua do Estado”, afirmando assim o objeto de intervenção e o espaço ocupacional da categoria, inserindo o assistente social na luta constante das expressões da questão social que se materializam na luta das classes sociais.

No segundo capítulo abordaremos a cerca de como se deu a implantação do serviço social na previdência e a luta da categoria para não ser extinta do quadro funcional do INSS, a relação da questão social e o fazer profissional do assistente social, a batalha do assistente social frente ao desmonte de direitos adquiridos, terceirização do trabalho e desvalorização do trabalhador, o capital especulativo e suas faces.

No decorso do terceiro capítulo analisaremos a percepção do profissional de serviço social no recinto do INSS no município de Miracema do Tocantins a cerca de garantia de direitos, a partir da atuação do profissional em Miracema, e nos municípios em que estes são lotados, visto que o município não possui no quadro funcional da agência um profissional com lotação exclusiva para atendimento necessitado de rodízio de profissionais lotados em outras agências.

No quarto capítulo apontaremos a correlação de força das classes sociais por meio da proteção social (garantia de direitos do trabalhador) via trabalho assalariado, onde identificaremos as questões sociais objeto da discussão, traremos as discussões e as análises da pesquisa proposta: a qual buscou conhecer o fazer profissional do assistente social frente à garantia dos direitos dos beneficiários da política de previdência, e o labor deste com a Política de Assistência Social, que ao conhecermos melhor a atuação deste profissional podemos identificar que a política

de Assistência engloba um espaço maior do que a política Previdenciária no âmbito do INSS nos município de Miracema e conseqüentemente do Estado do Tocantins, em que o Benefício de Prestação Continuada é o mais requisitado dentre todos os benefícios. Estaremos abordando acerca dos procedimentos metodológicos que subsidiaram a pesquisa e ainda, fazendo a discussão mediante análise dos dados obtidos junto aos/às sujeitos/as da pesquisa em confronto com os embasamentos teóricos citados nos tópicos anteriores.

CAPITULO I

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL, DA POLITICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, E DO SERVIÇO SOCIAL COM PROFISSÃO

Almejamos neste capítulo contextualizar o processo histórico da Seguridade Social através dos modelos das Políticas Sociais que a compõe, as formas como foram constituídas e desenvolvidas no País. Priorizando a Política de Previdência Social, e a implantação do Serviço Social nessa Política Social como categoria profissional.

Assim, a partir da perspectiva crítico-dialética, políticas sociais foram concebidas “como uma mediação entre economia e política, como resultado de contradições estruturais engendradas pela luta de classes e delimitadas pelos processos de valorização do capital”. (BERHRING, 2009, apud SILVA 2012, p. 49).

A Política Previdenciária surge a partir da necessidade de se estabelecer proteção em forma de direito para a garantia do mínimo necessário para a manutenção dos empregados, no embate das classes capital x trabalho, visto que estes são pessoas e como tal passíveis de ser acometida de riscos (doenças, morte, invalidez, velhice entre outros), desse modo SILVA argumenta que:

A previdência social nasce se estrutura no Brasil para dar curso à expansão da acumulação capitalista e como resultado da luta dos trabalhadores por proteção social. Por ser multideterminada, esta política social assumiu perfil singular em cada momento histórico, em conformidade com as características de seus determinantes mais fundamentais, como: o padrão de acumulação hegemônico, o nível de mobilização e capacidade de pressão dos trabalhadores, a situação estrutural do trabalho e da economia e as funções do Estado. (SILVA, 2012, p. 209).

As múltiplas esferas da sociedade são constituídas e compreendidas a partir da organização de classes sociais que trazem em cada época uma demanda a ser suprida, não sendo distinto no que se refere ao processo histórico da seguridade social, o qual se fez e, ainda, se faz com lutas de classes para sua efetivação, visto que os direitos por estas sofrem mutações tanto no que se refere às conquistas quanto às perdas.

O que tem sido organizado até agora de diferentes maneiras, exclusivamente conforme com a diversa situação econômica dos meios das

épocas, é a satisfação das necessidades de uma parte da coletividade mediante o trabalho da outra parte. Uns consomem superfluamente o que os outros produzem obrigados pela necessidade, recebendo para si apenas o estritamente necessário. (MARX, 2008, p. 17).

A condicionante para a liberdade da forma de trabalho escravo é o aprisionamento do trabalhador livre pelo modelo de produção vigente, Marx (2008), “O trabalhador livre, podendo de direito dispor da sua pessoa viu-se obrigado de fato a dispor dela para viver, não tendo outra coisa que vender. Desde então foi condenado ao papel de assalariado durante toda a sua vida”, gestando, pois, as manifestações da questão social e a necessidade de proteção social no núcleo das classes sociais.

2.1 Processo histórico da seguridade social e da previdência social

Destarte a Seguridade Social gestou-se a partir da necessidade de ser instituídas políticas de proteção social para as classes subalternas nos mais variantes ímpetos. Conforme Marx (2008), “o individuo necessita, para seu sustento ou para sua conservação, de certa quantidade de meios de subsistência”.

A complexidade das relações sociais, presentes na constituição e intervenção do Estado, indica que o encaminhamento da ação estatal tanto depende das lutas dos trabalhadores, quanto dos modos de absorção de suas reivindicações pelo capital. É no interior desse movimento, dialético e contraditório, que se dá a estruturação dos sistemas de seguridade social nas sociedades capitalistas ocidentais. (MOTA, 2011, p. 122).

Discorrer sobre Proteção Social e especificamente a cerca da política de Previdência é adentrar na história através do processo de trabalho e suas metamorfoses. A Seguridade Social, do ponto de vista mundial, tem suas raízes nos modelos Bismarckiano gestado na Alemanha (1883) e Beveridgiano na Inglaterra (1942). O fundamento do modelo bismarckiano pauta-se na organização da proteção social para o trabalhador assalariado configurado em um acordo entre o modo de produção e o trabalhador por meio de sindicatos das classes representadas. Como aponta Boschetti:

Em termos de objetivos, esse sistema se destina a manter a renda dos trabalhadores em momentos de risco social decorrentes da ausência de trabalho. As prestações monetárias e os serviços de saúde se destinam principalmente aos trabalhadores assalariados contribuintes (e às suas

famílias), e seu montante é, proporcional à contribuição. (BOSCHETTI, 2012, p. 761).

Boschetti (2012), traz ainda que “os direitos compreendem geralmente aposentadoria (idade e invalidez), pensões, auxílio-natalidade, auxílio-maternidade, seguro-desemprego, seguro-saúde” ressaltado que todos dependem de contribuição.

A contradição marcante em nossa sociedade, determinada pela relação capital x trabalho, torna mais fragilizada a população assalariada quando em situação de doença, invalidez ou morte, pois ela se afasta do mercado de trabalho e passa a ser atendida pela política previdenciária. (CARTAXO, 2008, p. 23).

No entanto, o modelo Beveridgiano se organizou a partir de medidas de proteção social já existente no país aos laboriosos contribuintes, agregando novos benefícios por meio da política de assistência (programas de transferência de renda e proteção social aos excluídos) financiados pelos impostos e tributos recolhidos pelo o Estado, contemplando assim os excluídos ou não selecionados para o labor assalariado e que não tiverem meio de suprir suas necessidades básicas.

Coadunado com Silva (2012, p. 127-128) chama-se a atenção uma vez que “os benefícios acrescidos foram o seguro acidente de trabalho, o abono (ou salário) família e o seguro-desemprego”. No que diz respeito à assistência foram: “o auxílio- funeral, auxílio-maternidade, abono-nupcial, benefícios para esposas abandonadas, assistência às donas de casa enfermas e auxílio-treinamento para os que trabalhavam por conta própria”.

O objetivo principal do Plano era o combate à pobreza, tendo, todavia, uma diretriz estratégica direcionada para viabilizar a manutenção do pleno-emprego e a prevenção do desemprego. O trabalho assalariado figurava como um elemento de central importância para o Plano, com base na visão de que nenhum plano de seguro social é satisfatório e/ou bem-sucedido se existe desocupação em massa. (SILVA, 2012, p. 128).

Sabe-se que no Brasil não ocorreu como em outros países industrializados ávidas lutas das classes por garantia de direitos para os trabalhadores, os quais buscavam proteção social através de direitos; direitos estes que visavam proteção à saúde, à moradia, à velhice, à invalidez e à morte, no que se refere à morte do trabalhador assalariado a proteção era e, é concedida à seus dependentes. Marx em sua época já apontava para a necessidade de proteger os

dependentes dos proletários, visto que, estes representavam e representam a continuidade da força de trabalho empregada por aquele.

Os donos da força de trabalho são mortais: a fim de que ela se encontre sempre no mercado, como o reclama a transformação contínua do dinheiro em capital, é necessário que se perpetuem, que reproduzam em quantidade igual, pelo menos, a quantidade de força de trabalho que o cansaço e a morte subtraem. A soma dos meios de subsistência necessários para a produção de trabalho compreende, pois, os meios de subsistência dos substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores. (MARX, 2008, p. 80).

Sendo que, o que prevaleceu por muito tempo no Brasil foi o processo de escravidão (forma de trabalho forçado), onde o ser humano era tratado com mercadoria sendo vendido e comprado por seus senhores ficando assim sem proteção alguma, pois não eram considerados trabalhadores por que não recebiam salários.

O sistema do salário, substituindo as diversas formas de trabalhos forçados, aliviou o capitalista da manutenção dos produtores. O escravo tinha assegurada a sua alimentação quotidiana, quer fosse obrigado a trabalhar quer não; o assalariado não pode comprar a sua senão com a condição de que o capitalista necessite do seu trabalho; a incerteza disto para o produtor é tal que a caridade pública se encarrega de alimentar aqueles a quem incumbe, segundo a presente organização social, a tarefa de alimentar a sociedade, e que por essa mesma organização se vêem frequentemente impossibilitados de cumprir a sua missão. (MARX, 2008, p. 17).

Todavia o processo de industrialização no país foi tardio e a relação de trabalho via empregador, empregado também, visto que a economia se volta para a agricultura e pecuária, e, não pra a produção industrializada que carece de emprego maior de mão de obra. Como destaca Behring:

O peso do escravismo, especialmente sobre a relação com a força de trabalho, localizada entre a tutela e a força; a heteronímia e a dependência, que expressam um sentido de inserção na economia-mundo voltado para fora e não para um mercado interno de massas. (BEHRING, 2013, p. 18):

Durante o período feudal não se falava em questões sociais, visto que não havia questões relativas aos direitos dos laboriosos as quais advêm do modo de produção capitalista, necessitando de um modelo de proteção social, para que haja um consenso das classes que formam a partir desse período.

O salário e as políticas sociais têm, entre outras, esta função de reprodução da força de trabalho. As políticas sociais decorrem, por um lado, das necessidades de acumulação do capital, e por outro, das necessidades de

proteção e reprodução material dos trabalhadores. Elas são estruturadas com a mediação do Estado, em que contextos particulares de acumulação e/ou da luta de classes, em que interesses antagônicos entre as classes sociais fundamentais estão em jogo, o que pressupõe organização e capacidade de pressão dos trabalhadores. (SILVA, 2012, p. 67).

A Lei Eloy Chaves de 1923 foi o marco normativo da Seguridade Social brasileira, criou nacionalmente as Caixas de Aposentadorias e Pensões para os ferroviários. As Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) foram instituídas pelas vias privadas e geridas pela Estatal, limitado aos operários de uma determinada empresa. Em 1930 o governo Federal Getulio Vargas suprime as CAPs e dá início ao processo de criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAPs), formalizado em 1933 para abranger outras categorias de trabalhadores (Marítimos, Bancários, Portuários e Servidores Públicos), distinguindo das CAPs por serem instituídas e geridas pelo Estado tendo alcance nacional. Braga e Cabral destacam que a Previdência Social sofreu alterações no decorrer do processo histórico advindos das fases do modo de produção capitalista.

Os avanços e retrocessos da Previdência Social são marcados pela ambiência sócio-histórica, econômica, política e cultural de cada período da conjuntura da sociedade brasileira em relação aos processos macroestruturais de internacionalização do capital em sua fase monopolista e de financeirização da economia. (BRAGA; CABRAL, 2007, p. 8).

O período correspondente a 1920 a meados de 1990 constitui-se de muitas lutas como elucidam os autores a seguir:

Braga e Cabral (2007, p. 97) apontam que a cobertura previdenciária brasileira se deu na década de 1920, com as CAPs e a Lei Eloy Chaves¹, dando seguimento na década de 1930 a implantação dos IAPs no governo de Vargas, o qual “logrou excluir, no seu nascedouro, segmentos inteiros de trabalhadores: rurais, autônomos, domésticos, cujas ocupações, ainda que integradas ao processo acumulativo, não eram reconhecidas nem atestadas pelo Estado”.

É importante resgatar que as tendências de uniformização dos critérios de acesso, valores das contribuições e prestações de retorno referentes à previdência social (CAPs e IAPs), foram ganhando corpo nos anos subsequentes do governo Vargas. Nesse sentido, a primeira iniciativa nessa direção “desenvolveu-se, como era de se esperar, no Ministério do Trabalho

¹ Lei Eloy Chagas, primeira Lei Brasileira a instituir viés de proteção social aos trabalhadores assalariados de uma determinada categoria (ferroviários), sendo o marco do modelo de previdência privada no País.

em 1941, com uma proposta de unificação dos benefícios”. (MALLOY, 1986 apud SILVA, 2012, p. 241).

As intenções de padronização dos critérios de acesso, não lograram êxito, segundo Silva (2012, p. 241), “o presidente Getúlio determinou a uma comissão de especialistas a elaboração de uma proposta para instituição de um novo sistema previdenciário no país”.

Assim, no início de 1945, a comissão criada “apresentou ao presidente Vargas um relatório de 234 volumes, que concluiu por uma recomendação de criar um só tipo de instituição de previdência, a ser conhecido como Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB)”. (SILVA, 2012, p. 241).

Silva (2012, p. 242) assinala que “em 1945, o mundo foi tomado pelas idéias democráticas e o regime autoritário brasileiro já não podia ser mantido. Getúlio Vargas foi deposto pelos militares em 29 de outubro de 1945”. Dando início a proposta democrática representada pelo então presidente o general Eurico Gaspar Dutra eleito por viés de voto popular finalizado, assim, um extenso período de repressão.

O período subsequente é marcado pelas sequelas da pós-Segunda Guerra Mundial, e pelos processos políticos e econômicos vivenciados no âmago do País, reativando o intuito de luta política correspondentes aos anos de 1946 a 1964, que foram assinalados pelo golpe militar e pelas destituições de direitos outrora conquistados limitando a liberdade em todas as suas formas de expressão.

Desde a segunda metade dos anos 1950, ocorreram muitas manifestações populares contra a carestia, o desemprego, a inflação e o arrocho salarial e pela ampliação dos direitos sociais. As greves de trabalhadores urbano pipocaram por todo o país. Os trabalhadores rurais realizaram grandes manifestações em defesa da reforma agrária e direitos sociais, por meio das ligas camponesas e dos sindicatos de trabalhadores rurais. (SILVA, 2012, p. 250).

Os anos de 1950 foram marcados por dois importantes congressos assinalados por Silva (2012, p. 250), “o congresso de 1953, componente de uma conjuntura política de crise, apesar de respaldado pelo governo central”, traz no seu bojo maior poder de decisão, em relação ao de 1957. Os quais sugeriam que a população participasse em maior escala da formulação da Política de Previdência ampliando, assim o controle social, visto que, “alguns direitos dos trabalhadores já

cobertos pelo sistema e extensão de outros direitos existentes a segmentos de trabalhadores não cobertos pela previdência social”.

O elemento mais marcante daquela conjuntura que pode ter forte ligação com o crescimento do número de pensionistas é o grande impulso dado pelo Plano de Metas (1956-1960) do governo Juscelino Kubitschek à industrialização e à realização de grandes obras, como a construção de Brasília e da rodovia Belém-Brasília. Nesse período, a literatura corrente sobre o tema registra que surgem evidências de dívidas da previdência por desvio de recursos para a construção dessa rodovia. Sabe-se que a execução de vultosas obras de infraestrutura como as duas mencionadas, em condições precárias de segurança do trabalho, geralmente se associa a mortes e mutilações dos trabalhadores, o que pode gerar pensões. (SILVA, 2012, p. 251).

Visto que após a década de 1960, na época o trabalhador necessitava de carteira de trabalho pra comprovar o vínculo empregatício, situação que se entendeu até o ano de 1966 “com a modernização autoritária conduzida pelos os governos militares que extinguiram os IAPs, centralizado a cobertura previdenciária no Instituto Nacional de Previdência Social-INPS e desvinculando a sua gestão de quaisquer interferências da sociedade civil (Fleury, 1994 apud Braga e Cabral, 2007, p. 97).

É bom recordar que no contexto de unificação das CAPs e IAPs, pela criação do INPS, o controle político sobre os movimentos organizados era quase absoluto, em função do regime militar instaurado no país, desde 1964. (SILVA, 2012, p. 255).

Seguido a linha de cobertura da Previdência Social, é relevante pontuar o período do ápice industrial no país, Silva destaca que:

No que se refere à previdência social, o período entre 1960 e 1968 ficou assinalado pelo processo de uniformização dos critérios de acesso e manutenção dos direitos previdenciários. A partir da Lops, o número de associados ativos continuou crescendo, da mesma forma que o número de trabalhadores com carteira assinada. Se a indústria, portanto, ganhou impulso com o Plano de Metas de JK, esse incentivo foi preservado nos curtos governos de Janio Quadros e João Goulart e durante os governos militares. No governo de JK, tornou-se dominante a ideologia desenvolvimentista, que “servirá de suporte a uma estratégia que associa a política de massas getulista com a abertura para a internacionalização da economia brasileira” (Iamamoto e Carvalho, 2004, apud Silva). Isso significa que o impulso industrial e a consolidação do mercado de trabalho ocorreram também para favorecer o capital estrangeiro. No período militar houve significativo crescimento econômico, expansão da indústria e do trabalho assalariado, com distinta participação do Estado. (SILVA, 2012, p. 255).

Na década de 1970, sobrevieram avanços importantes na política de previdência social brasileira relativos às coberturas de benefícios que se estenderam aos “trabalhadores rurais, domésticos, autônomos e segmentos vulneráveis (idosos e inválidos para o trabalho)” Braga e Cabral (2007, p. 97), e em, 1974 foi implantado o Ministério da Previdência e Assistência Social, trazendo no seu bojo a ênfase da Previdência Social para o regime militar viabilizando, a ”relação direta entre as massas trabalhadoras e o Estado e, sobretudo, pelo volume de recursos que arrecada por ser um dos primeiros orçamentos da União” (Cohn, 1996 apud Braga e Cabral, 2007, p.97 e 98).

No período de expansão após a Segunda Guerra Mundial houve avanços em relação às políticas sociais, enquanto no período iniciado em meados da década de 1970, marcado pela recessão, perceberam-se limites nas negociações. Há, portanto, uma profunda interligação entre os processos de acumulação do capital, a organização do trabalho e a proteção social, os quais são sempre determinados por fatores vinculados à natureza contraditória do capitalismo e da correlação de forças estabelecida pela luta de classes em períodos específicos. (SILVA, 2012, p. 124).

Em 1977 foi criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), que foi constituído pelo INPS (benefícios), IAPAS (fiscalização), INAMPES (assistência médica), FUNABEM (assistência ao menor), LBA (assistência ao necessitado), CEME (medicamentos), DATAPREV (informações). A constituição desse aparelhamento estatal condiz com o período de reestruturação da Seguridade Social na busca de equilíbrio da crise de recessão do modo de produção capitalista e das Expressões da questão social (desemprego, seletividade, exclusão, pauperismo) inerente produzida na época.

A Privatização se efetivou principalmente nos serviços de saúde e de acidentes de trabalho, enquanto na assistência social foi acentuado o processo de filantropização privada. Além disso, cabe salientar que o modelo previdenciário se embasava na lógica do capitalismo salarial, com contribuições para os fundos, incidentes sobre a folha de salários, em um país de grande número de trabalhadores informais, de grande sonegação de contribuições, de clientelismo e de patrimonialismo. A própria ditadura passa a mostrar mais claramente suas rachaduras em 1978, diante da profunda insatisfação social com a repressão, o arrocho salarial, a perda de direitos e a estagnação da economia com inflação. A crise da Previdência Social é cantada em alto e bom som em toda a década de 1980. (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 88).

O ciclo recessivo do capital se faz necessário para que haja exploração de uma classe pela outra para a extração do lucro (mais valia²), mudando apenas a forma de extraí-lo, exigindo cada vez mais de uma política social, que adentre no cerne dessa luta gerada pelo embate entre o capitalista e o trabalhador, todavia o Estado como gestor dessas políticas é cooptado pelo modo de produção para ao mesmo tempo, que, proteger permitir que o trabalhador seja explorado pelo seu empregador ficando as margens das expressões da questão social, todas as vezes que são destituídos direitos, são também enfraquecidas e destituídas as políticas de proteção, (sociais) vindo á tona as expressões da questão social.

2.2 A Constituição Federal de 1988 avanços e retrocessos que perpassam a contemporaneidade

A Constituição Federal de 1988 reorganiza a Seguridade Social a partir de preceito já existente nos modelos de proteção social, (Bismarckiano e Beveridgiano), reafirma a junção dos modelos supracitados, aglomerando no seu título três políticas de suma importância para a compreensão da existência da luta entre as classes sociais, segundo Silva:

A Seguridade social instituída pela Constituição (Federal) de 1988, apesar de apresentar caráter inovador e intencionar compor um sistema ou padrão amplo de direitos sociais, acabou se caracterizando como um sistema híbrido que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência). (SILVA, 2012, p. 132):

Dessa forma Silva (2012, p.133), aponta a importância do processo histórico que o país atravessou na concepção da Constituição Federal de 1988. “Os movimentos em franca ascensão, impulsionados pelas lutas em torno da redemocratização do país, resgate das liberdades individuais e coletivas suprimidas no período ditatorial, tiveram forte presença no processo constituinte”, já no entendimento de Boschetti (ano, p. 99) “apesar das imbricações constituídas historicamente entre previdência, assistência social e saúde, no início dos anos 80 essas políticas ainda não compunham um sistema de seguridade social”, pois todos os benefícios eram cobertos pelos trabalhadores e direcionados para estes

² Termo utilizado para denominar o trabalho excedente, aonde a força de trabalho é utilizada e não é paga gerando o lucro para o capitalista.

excluindo a outra parcela da população, buscava-se na reorganização da seguridade social, alcançar por meio das políticas que a compunha benefícios estendidos a toda sociedade.

Foi a partir do governo da Nova Republica (1985-1989) que a expressão “seguridade social” foi retomada e incorporada aos debates teóricos e políticos que defendiam uma reorganização completa dessas políticas sobre bases mais igualitárias. Entretanto, antes de analisar mais pontualmente as estratégias e orientações governamentais, cabe lembrar o cenário político no qual a seguridade social foi instituída. (BOSCHETTI, 2006, p. 99).

O artigo 194, Parágrafo Único da Constituição Federal de 1988, institui objetivos comuns à seguridade social, explicitado a conquista da reorganização gestada pela necessidade de uma sociedade mais igualitária, mediante as políticas de Previdência, Assistência e Saúde, no entanto são mantidas por fontes específicas, mas geridas pelo os mesmos princípios:

- I – universalidade da cobertura e do atendimento;
- II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV – irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V – equidade na forma de participação no custeio;
- VI – diversidade da base de financiamento;
- VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregados, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (BRASIL, 2015).

Quanto à previdência social, essa constitui forma de um seguro em que as pessoas contribuem durante o período trabalhado, expressando o vínculo empregatício com a política previdenciária o direito é garantido a quem ele financia em forma de uma poupança para cobrir eventuais riscos.

A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenda, nos termos da lei, a: cobertura de dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada, proteção a maternidade, especialmente à gestante, proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário, salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes de segurados de baixa renda, pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes (BRASIL “CF 1988”, 2015).

No que diz respeito à centralidade da Previdência Social emana a partir da Constituição Federal de 1988, como sendo um direito fundamental para supri as necessidades básicas do laborioso contribuinte, levado em consideração o fator

econômico de cada segurado, tido com parâmetro o salário recebido para a base de cálculo da contribuição devida. O sistema de proteção via previdência social é contributivo e relativo ao montante da renda do contribuinte, ficando evidente que a proteção valer a parcela de contribuição, excluindo assim parte da população desempregada ou oriunda do subemprego, visto que ao consumir toda a sociedade contribui indiretamente com a política mencionada, por meio dos tributos vinculados as mercadorias que se consume.

A seletividade significa que, embora toda sociedade contribua, conforme a análise que acabamos de desenvolver só aqueles que possuem mais recursos para financiar essa política têm acesso ao “benefício”, ficando à margem da Previdência Social parte da população que, pelo desemprego ou subemprego não dispõe das condições de pagar para usufruir dos direitos previdenciários. “A igualdade de direitos [...] subentendida na universalidade de cobertura” (*Constituição da República Federativa do Brasil*) mascara ideologicamente essa realidade. (CARTAXO, 2008. p. 90).

Fica, pois, subentendido que há correlação de forças entre as classes para que se efetue a expansão dos direitos previdenciários, visto que os direitos tanto buscam amparar os trabalhadores quanto garantir meios de exploração dos mesmos pelo o capital, formando uma espécie de aprisionamento para o proletário que subsiste de vender sua força de trabalho, pelo menor preço, pois a procura por emprego vai além da oferta de mercado, desvalorizado a mão de obra empregada, criando exercito de reserva e favorecendo o acúmulo de bens para o capitalista que é o grande empregador. Materializa-se por meio dessas lutas a cobertura da previdência social.

A Previdência Social ocupou-se, desde seus primórdios, de um programa de crescente intervenção no processo de reprodução da vida social, com um arco de benefícios e serviços de ampla cobertura. Da maternidade ao funeral, *from wom to tomb*, incorporando, na forma condicionada pelo contexto histórico brasileiro e latino-americano, o princípio do Estado do bem-estar socialdemocrático que desenvolveu no Norte da Europa quanto ao dever da sociedade em assegurar proteção social aos membros em face do risco. (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 16).

A Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro 1988 discorre sobre o eixo da reforma da cobertura da previdência social e traz as principais mudanças (retrocessos de direitos outrora garantidos), afirmado a semelhança com o modelo alemão.

Entre as principais mudanças na cobertura da previdência social, a partir da EC nº 20, encontram-se: exclusão dos eventos de acidente do trabalho; reclusão e ajuda à manutenção de dependente de segurado de baixa; exclusão do garimpeiro no regime de economia familiar; restrição do salário-família e auxílio-reclusão para dependentes de segurados de baixa renda; as aposentadorias por tempo de serviço no texto original passaram a ser por tempo de contribuição; e o sistema passou a ser de filiação obrigatória e a funcionar condicionado ao equilíbrio financeiro e atuarial. (SILVA, 2012, p. 139).

Em 1990 foi implantado o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), em, consequência da fusão do Instituto Nacional de Previdência Social -INPS- e o Instituto de Aposentadoria e Pensão (IAP). O Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) foi instituído mediante o Decreto nº 99350/90 na forma de um órgão com competência do Ministério da Assistência e Previdência Social que é responsável por receber as contribuições dos segurados e tem como função fazer os pagamentos de aposentadorias, auxílio-doenças, pensões por morte, auxílio-acidente dentre outros benefícios previsto por lei. No mesmo ano através da Lei nº 8029/90 foi extinto o Ministério da Previdência e Assistência Social e restabelecido o Ministério do Trabalho e da Previdência Social, (BRASIL, 2015).

Considerando que a maioria da população é constituída de trabalhadores assalariados, os aspectos trabalho e salário são fundamentais na determinação da qualidade de vida. Esses aspectos explicam-se pela estrutura econômica do país que condiciona a participação das indústrias e das classes sociais nos seus destinos. (CARTAXO, 2008, p. 23).

Entende-se que atualmente as múltiplas mudanças transformam várias instituições, dentro de um determinado contexto político-econômico em que os trabalhadores principalmente os mais pobres sofrem com os impactos dessas mudanças. Como firmado no Seminário Internacional sobre A Seguridade social e os Processos de Integração Regional, (BRASÍLIA, 1996, p. 149).

Preliminarmente, quando vamos tratar da questão da reforma da Previdência Social, não devemos imaginar que seja uma reforma aleatória. Como se trata de uma onda de reformas que percorre toda a Previdência Social e especificamente toda a América Latina, temos que nos perguntar quais seriam os grandes fatores, os grandes motores desse processo, quais seriam as condicionantes desse processo. Que tipo de política, principalmente de política social cabe ao Estado. (MPAS, 1996, p. 149).

Nesse sentido Moraes (1996, p.149), afirma que “o desafio de repensar o nosso modelo de seguridade social, de modo a adaptá-lo a um sistema produtivo, a novas relações de produção que evidentemente exigem essa adaptação” de

transformar sem fragilizar o capital. Adaptações que vão empurrando cada vez mais o trabalhador às margens da desvalorização de sua força de trabalho, e conseqüentemente, desconstruindo direitos já conquistados pelo os segurados e beneficiários da política de Previdência bem como das políticas que compõem o tripé da Seguridade Social, destrate, o principio fundamental da Previdência e de todas as Políticas Sociais é a garantia de direitos e não uma forma de controle social como vem sendo aplicada.

2.3 A inserção do serviço social nesse espaço ocupacional de labor

Quanto ao Serviço Social, cabe destacar que a profissão institucionaliza-se na Previdência por meio da Portaria n. 25, de 06 de abril de 1944, no contexto da expansão previdenciária dos Institutos de aposentadorias e Pensões – IAPs que surgiram no Brasil a partir de 1933., (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 120).

Segue um breve cronograma do Serviço Social na Previdência Social elencando os principais fatos ocorridos no processo histórico de implantação da categoria no quadro funcional Bravo e Cabral, (2007, p. 20 e 21) destacam:

Quadro 01: Cronograma do Serviço Social na Previdência Social.

1942 - Primeira experiência oficial de implantação do Serviço Social: Seção de Estudos e Assistência Social no IAPC
1944 - Instituição do Serviço Social na Previdência Pública – Portaria nº 25 do CNT – Conselho Nacional do Trabalho.
1945 – Organização de cursos intensivos de Serviço Social para os funcionários dos IAPs e CAPs – Portaria do DNPS/MT.
1948 – Adoção do Serviço Social nas instituições de previdência: assistência complementar – Ofício Circular nº 250/DNPS.
1948 – Oficialização do Serviço Social no IAPC em São Paulo.
1950 – Seções ou turmas de Serviços Social nas Delegacias Regionais dos IAP – Institutos de Aposentadorias e Pensões.
1960 – Definição da assistência complementar - Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS.
1965 – Concepção do Serviço Social como assistência complementar.

1972 – Plano Básico de Ação do Serviço Social – Resolução INPS nº 401.4.

1976 – Assistência complementar por meio do Serviço Social- Art. 71 da Consolidação das Leis da Previdência Social – CLPS.

1978 – Plano Básico de Ação do Serviço Social – Resolução INPS nº 064.2.

1991 – Competência do Serviço Social: esclarecimento quanto aos direitos sociais e meios de exercê-los; ações intra e extra-institucionais – Art. 88 da Lei nº 8.213 de 24/07/91.

1994 – Matriz teórico-metodológica do Serviço Social na Previdência Social.

Fonte: Elaborado pela autora.

O Serviço Social principiou na Previdência Social como uma atividade de assistência integrante, ancorado nas peculiaridades das questões de desajustamentos sociais, no entanto desde do início buscou questionar a viabilização de acesso ao direito previdenciário e a fração da população atendida em razão do alcance de cobertura, e os impactos causados pela exclusão na vida dos filiados e não filiados, Braga e Cabral afirmam que:

Prevalecendo a ótica liberal, a assistência social (serviço social) sempre foi concebida como ação complementar, residual, compensatória, seletiva, focalizada e individualizada. E o “complementar” tem diferentes significados: o de satisfação de necessidades que o mercado não satisfaz; o de que as necessidades, no caso, são realmente residuais no âmbito da reprodução social; o de provisão de necessidades que o trabalhador e sua família não são capazes de prover por si mesmos. (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 22).

O processo de enfrentamento da categoria no âmbito da Previdência Social é, datado de meados de 1930 Braga e Cabral relatam que “ganha legitimidade e consolida-se pela intervenção profissional junto às variadas expressões da questão social desenvolvendo diferentes abordagens tributos de projetos oponentes”: “a) o conservadorismo católico sob a pretensa equidistância entre o liberalismo e o socialismo”, intervenção pauta na ajuda aos necessitados e relegados à própria sorte, prossegue Braga e Cabral:

b) a consolidação da socialidade burguesa em diferentes estágios: o espírito social do empresariado das primeiras décadas do século XX, a política estadonovista da “paz social”, o ideário e as estratégias desenvolvimentistas, a modernização conservadora da ditadura militar pela associação subalterna à ordem capitalista internacional, a reforma e a contra-reforma da década de 1980 e a adoção da programática neoliberal; c) a perspectiva de questionamento e ruptura com os modos dominantes de pensar a sociedade e suas repercussões na área profissional, buscando

alternativas no âmbito de um projeto societário escorado em valores democráticos de horizonte socialista. (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 31).

O período expresso pelo contexto do Serviço Social na Previdência Social é tão extenso quanto o período de organização e reorganização da Previdência Social, na forma de instituição, e o serviço social quanto profissão direcionada por uma base crítica dialética.

O Serviço Social previdenciário tem na ditadura Vargas e no período do chamado Estado Novo os condicionantes históricos de sua gênese. A Previdência passa a ter crescente importância na burocracia estatal, como expressão da ofensiva do governo autoritário, populista e corporativo no desenho de um amplo arcabouço legal-institucional regulador e gestor das relações de trabalho, tendo como marcos a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões ao longo da década de 1930, instituição do salário mínimo em 1940, a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, a criação do SESI e do SESC, integrantes do hoje chamado sistema S, entre outros. (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 19).

O Serviço Social na Previdência na era de 1944 direcionava-se, para a humanização do beneficiário em relação a instituição, sua ação volta-se, mais para os interesses da instituição moldada no modelo funcionalista, conforme Braga e Cabral (2008, p. 95), “até 1994, destacam-se três importantes documentos-parâmetros da ação profissional do assistente social na Previdência: os Planos Básicos de Ação do Serviço Social – PBA, de 1972 e 1978 e a Matriz Teórico- Metodológica do Serviço Social na Previdência Social, de 1994”.

Na década de 1990, o Serviço previdenciário passa a expressar os avanços consubstanciados na Constituição federal de 1988 em torno dos direitos sociais e da participação dos usuários na gestão das políticas públicas. (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 31).

Constituição federal de 1988 trouxe expressivos avanços para o serviço social previdenciário “em torno dos direitos sociais e da participação dos usuários na gestão das políticas públicas”. Decisões são tomadas a partir do problema que as geram e não somente pela via dominante: a população que traz as marcas da questão social no seu dia a dia tem a chance de ser ouvida e palpitar em relação ao planejamento e formulação dessas políticas públicas para que melhor se direcione.

Mais do que repercutir o que se passou no exercício profissional em geral e na sociedade brasileira, o serviço social previdenciário percorreu uma trajetória marcada pela expressividade no meio profissional, pela inserção dos assistentes sociais no movimento sindical previdenciário e outros pelo notável empenho em desvelar as inelutáveis contradições da prática

profissional no âmbito do sistema previdenciário, condicionadas pelo contexto sociopolítico e econômico. (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 33).

No capítulo seguinte darem ênfase maior a implantação do Serviço Social na Previdência Social retratando o percurso histórico dessa categoria, pontuando o seu objeto de intervenção profissional, “a Questão Social”, bem como o que gerou a necessidade de se buscar proteção social, tendo na relação Trabalho x Capital, a necessidade de se expressar direito para conter exploração, o Capital e suas formas de extrair lucro mediante o trabalho alheio. A correlação de força mediante a luta para conter a exploração e a ganância de acumular o lucro, sem medir as consequências do acúmulo, visto que acumulação gera a desigualdade social e ocasiona todas as expressões da questão social explicitada o objeto de atuação do Serviço Social em seus espaços de ocupação profissional.

CAPITULO II

3 SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL, MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO E GARANTIA DE DIREITOS

Neste capítulo trataremos enfoque nas categorias: Serviço Social, Questão Social, Trabalho e Capital, visando compreender o sistema previdenciário brasileiro, por meio, do labor para se ater ao direito que este deveria garantir aos seus segurados em relação às imposições do mercado de trabalho, que, geram as expressões da questão social e estas buscam soluções através do serviço prestado pelo profissional do Serviço Social para esclarecimento e empoderamento dos beneficiários em relação aos seus direitos.

3.1 Serviço social a implantação e a luta da categoria pela permanência no quadro funcional do INSS

O embate entre as classes sociais traz no bojo a necessidade de uma categoria profissional que tenha como objeto de trabalho o conhecimento das desigualdades sociais, que são propagadas pelas mais diversas expressões da questão social advindas da relação empregador/empregado.

A questão inicial que se coloca é explicitar como se constituem e se desenvolvem no Serviço Social brasileiro as tendências de análise e as interpretações acerca de sua própria intervenção e sobre a realidade social na qual se move. É claro que estas tendências, derivadas das transformações sociais que vem particularizando o desenvolvimento do capitalismo em nossa sociedade, não se configuram como homogêneas, mas são permeadas por diversas clivagens, tensões e confrontos internos. Isso porque, a compreensão teórico/metodológica da realidade, fundada no acervo intelectual que se constituiu a partir das principais matrizes do pensamento social e de suas expressões nos diferentes campos de conhecimento humano, é processo que se constrói na interlocução com o próprio movimento da sociedade. (YAZBEK, 2009, p. 2).

Traremos a seguir as principais vertentes que fundamentaram o processo histórico do Serviço Social Brasileiro de acordo com Yazbek:

- O ideário católico: A relação que vai imprimir à profissão caráter de apostolado fundado em uma abordagem da questão social como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para

solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais “pautadas no pensamento de São Tomás de Aquino” século XII (Tomismo e Neotomismo, anos depois surge o magistério social da Igreja Católica (Rerum Novarum em 1891). É necessário assinalar que esta matriz encontra-se na gênese da profissão em toda a América, embora com particularidade diversas como por exemplo na Argentina e no Chile onde vai somar-se ao racionalismo higienista. O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, especialmente a partir dos anos 40, a ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norteamericano e suas propostas de trabalho permeados pelo caráter conservador da teoria social positivista;

- A vertente modernizadora: caracterizada pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e mais tarde sistêmicas (matriz positivista), voltadas a uma modernização conservadora e à melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade;

- A vertente inspirada na fenomenologia, que emerge como metodologia dialógica, colocando para o Serviço Social a tarefa de “auxiliar na abertura desse sujeito existente, singular, em relação aos outros, ao mundo de pessoas” (ALMEIDA, 1980, apud YAZBEK, 2009, p. 7). Esta tendência que no Serviço Social brasileiro vai priorizar as concepções de pessoa, diálogo e transformação social (dos sujeitos);

- A vertente marxista que remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes e que no Brasil vai configurar-se, em um primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx. No entanto, é com este referencial, precário em um primeiro momento, do ponto de vista teórico, mas posicionado do ponto de vista sócio-político, que a profissão questiona sua prática institucional e seus objetivos de adaptação social ao mesmo tempo em que se aproxima dos movimentos sociais (YAZBEK, 2009, p. 3, 4, 7 e 8).

As diferentes correntes de pensamentos então imbricadas na atuação do profissional de Serviço Social, ainda que o movimento de Reconceituação e a vertente de ruptura perpassem esses modelos, o cenário contemporâneo prisma por destituição de direitos, culpabilização do sujeito e mundialização do capital e suas formas de exploração, fragilizando as políticas públicas, nas quais está inserida a Política de Previdência e no seu quadro funcional o profissional do Serviço Social.

A desigualdade de temporalidades históricas tem na feição antidemocrática assumida pela revolução burguesa no Brasil um de seus pilares. As políticas para as grandes decisões que presidiram a condução da vida nacional têm sido orientadas por deliberações “de cima para baixo” e pela reiterada exclusão das classes subalternas, historicamente destituídas da cidadania social e política. (SILVA, 2012, p. 130).

O Serviço Social na Previdência Social abrolhou da necessidade maior de controle social, por parte do Estado para atenuar os nervos dos assalariados e garantir liberdade de negociação na contratação de mão de obra pelos capitalistas, destarte o caminho percorrido pela classe de assistentes sociais, no espaço previdenciário, iniciou-se nos anos 1940, em tempos de asseveração e ampliação dos institutos de seguro social, segundo Braga; Cabral (2008, p. 94 e 95) foi produzido no decorrer de 12 lustros “um rico painel de expressão desse segmento, com seus vieses tradicional, conservador e crítico” admissíveis de serem ajustados as necessidades da instituição, a “defesa e afirmação desse espaço sócio-ocupacional” se deu, sobretudo, nos anos 1990, através da “capacidade teórico-crítica de construir proposta de intervenção, pautada no projeto ético-político hegemônico da categoria”.

Na análise do processo de implantação do Serviço Social na Previdência Social Brasileira depreende-se que aquele se defrontou com o inelutável desafio presente já em sua gênese: o de combinar a ação circunscrita à facilitação do acesso aos direitos previdenciários com a intervenção social de mais amplo alcance, sob a declarada intenção de promover alteração substantiva nas condições de vida dos filiados ao sistema, pela ênfase em aspectos individuais e familiares ou pela consideração de condicionantes mais amplos da dinâmica da reprodução social. (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 17).

A classe de baixa renda, e ainda aquela sem renda alguma eram tidas como problemas sociais, que, causavam desajustamentos sociais, desajustamentos estes, que, deveriam ser sanados ou ao menos, apaziguados, necessitado de uma categoria profissional que auxiliasse nessa tarefa no núcleo previdenciário. O Serviço Social na década de 1940 foi contratado com a incumbência de prestar assistência complementar à Previdência Social, no que se refere ao problema de desajustamento social, configurado pela população supracitada, ou, aquela sem trabalho e sem condição de sustentar a si e a sua família, criando um contingente de necessitados de amparo social.

Braga e Cabral (2008, p. 22 e 23), apontam as principais atividades do Serviço Social no decorrer de 30 anos na Previdência Social:

- Orientação para o melhor processamento dos benefícios e facilidade para obtenção de documentos, tutelas, curatelas, realização de casamento, registros de nascimento etc.;

- orientação e educação sociais nos conjuntos residenciais ou nas casas individuais dos segurados, financiadas pela instituição e nos serviços de assistência médica, de conformidade com o que as circunstâncias indicarem em cada caso;

- encaminhamento de segurados ou beneficiários, doentes e necessitados, as outras instituições assistenciais públicas ou privadas, quando não esteja no âmbito legal da Previdência Social o respectivo amparo, no caso concreto;

- o estudo e exame dos casos individuais de desajustamento dos segurados e beneficiários e seu acompanhamento por meio de visitas periódicas e registro em fichas reservadas; cumprindo notar, porém, que tudo isto deverá ser feito sem tirar a iniciativa do próprio segurado ou beneficiário, somente como função supletiva ou de ajuda, quando evidenciada a dificuldade ou impossibilidade de agir da parte deles.

O profissional do Serviço Social era tido com um assistente de outros profissionais, além da sua delegação própria que eram: “serviço social de família, serviço social do trabalho, serviço social na comunidade, centros sociais, pesquisa social e ajuda supletiva”, Braga e Cabral apontam que:

Ao contrário das várias modalidades de assistência, devidamente adjetivas – médica, alimentar, habitacional, reeducativa -, reserva-se ao Serviço Social a complementar (incluindo a assistência jurídica) envolvendo, na realidade, uma vasta gama de serviços de apoio a outros setores (de benefícios, de perícia médica, de assistência médica, de assistência financeira, de pessoal). (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 25).

No compendio de duas décadas ocorreram mudanças no interior da Previdência Social referente à atuação do profissional do Serviço Social, o qual foi impelido pelo modelo funcionalista para uma atuação voltada para as necessidades da instituição e não dos clientes³, conforme Braga e Cabral, (2008, p. 19-20);

O texto que demarca as linhas diretivas gerais para a institucionalização do Serviço Social na Previdência Social é o ofício Circular n. 250/1948 do sr. Moacir Veloso Cardoso de Oliveira, diretor-geral do Departamento Nacional de Previdência Social, pelo qual é sugerida, a título experimental, a adoção pelas instituições de previdência, das seguintes medidas: organização de seções de Serviço Social, lotação nas referidas seções dos serviços com curso regular “de assistência social” ou com curso intensivo de “auxiliar

³ Clientes termo utilizado para denominar os segurados e beneficiários da época.

social”, distribuição, sob regime de adiantamento de “pequena dotação para fazer face às despesas miúdas, passagens a serviço etc.”, controle do registro de entrada e saída dos servidores, observadas as necessidades dos “trabalhos de serviço social”, colaboração dos diversos órgãos da instituição, não aumento de despesa quanto a pessoal pelo aproveitamento dos servidores já disponíveis, e concessão de bolsas de estudo para “preparo de novos servidores nessa relevante atividade” (BRASIL, 2011, p. 22)

Em 1960, constituiu a Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS -, conforme Braga e Cabral, (2008, p. 25), fazem referência “à melhoria das condições de vida dos beneficiários”. No entanto em 1965, houve regressão em relação à Lei mencionada anteriormente, por meio da Resolução n. 1.081/65/MTBS, que traz na sua essência, a volta da prevenção e correção de desajustamentos, como sendo a via de controle social, às pessoas que não têm oportunidade de labor, não têm saúde para o trabalho, ou não conseguem emprego, uma forma de ajuda e ao mesmo tempo de responsabilizar, o cliente (termo utilizado para os beneficiários na época).

Braga e Cabral, (2008, p. 25), dão seguimento, “e o Regulamento Geral da Previdência Social, de 1973, reitera em seu artigo 180 a “a ajuda pessoal nos desajustamentos individuais e do grupo familiar”, visto que, não se falava em direitos e sim em ajuda, o sujeito era e continua sendo responsável pelos danos causados pelo modo de produção vigente, e é o único responsável por não conseguir suprir as necessidades básicas, suas e de sua família ficando a mercê de ajudas sócio assistenciais. Braga e Cabral ressaltam ainda que 1965 “são detalhadas as Normas Gerais para o Serviço nas Instituições de Previdência Social”, sendo concebido nas formas de; “serviço próprio, setor, unidade executiva, centro social, agência de família, cliente e clientela, ajuda supletiva” (p. 10).

Em plena ditadura militar postula-se para o Serviço Social uma competência que superdimensiona suas possibilidades sócio-ocupacionais em face da complexidade e da gravidade da questão social. Longe de por em questão o modelo, as escolhas, as opções e os projetos de desenvolvimento, reproduz-se a ilusão e os termos remetem para um campo mágico – quanto à suposta capacidade redentora da assistência social. (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 28).

O Plano Básico de Ação do Serviço Social datado de 1972, expressa uma visão de mundo ainda voltado para a culpabilização do sujeito pelos seus infortúnios e aponta o desejo por mudança imbricado no cerne da profissão.

As chamadas situações-problema revela uma visão da questão social reduzida a problemas individuais, supondo o indivíduo como centralidade da vida social, a partir da qual se justifica o deslocamento para o campo psicológico, o que é expressão dos antagonismos de classe. Em consequência confere-se à individualidade e ao seu conteúdo moral a essência do homem, que assim, constituem referências da gênese dos problemas sociais e alvos de sua superação (Abreu, 2002, apud Braga e Cabral, 2008, p. 50). O enfoque individualista corolário da visão atomizada da vida social perpassa todo projeto profissional do Serviço Social no INSS em sua inscrição funcional na estrutura dessa instituição nos níveis serviços (microatuação) e ingresso nos níveis de política e planejamento (macroatuação). O Serviço Social insere-se nas três instâncias da organização básica da instituição, como “uma linha das atividades a cargo da Secretaria de Bem-Estar, compreendendo atividades normativas e de supervisão no âmbito da Direção Superior, atividades coordenadoras e de supervisão no âmbito da Direção Regional e a prática da prestação direta de serviços assistenciais e de administração desses serviços, no âmbito da execução local” (BRASIL, INPS, 1972, apud BRAGA; CABRAL, 2008, p. 51).

Destarte o contexto vivenciado no período trazia as marcas do funcionalismo burocrata, atendendo as necessidades da instituição demandada pelo mercado e não mediante as reais misérias dos segurados e beneficiários, demarcado o início de uma nova era para o Serviço Social e seus usuários.

O referido Plano Básico de Ação expressa, particularmente, a consolidação e a maturidade desse projeto profissional que avança com a realização do II Seminário de Teorização – Metodologia do Serviço Social, realizado em Teresópolis (RJ), em janeiro de 1970. Com uma intenção declarada de responder a “necessidade de um estudo sobre a Metodologia do Serviço Social face à realidade brasileira (Debates Sociais, 1974), pode-se verificar que, no entanto, os documentos resultantes dos debates realizados no seminário de Teresópolis estão centrados, fundamentados nas funções profissionais, sistematizadas em dois suplementos da revista Debates Sociais, ns. 4 e 5 que passam a ser, com o documento de Araxá, norteadores do pensamento e da prática profissional do Serviço Social no Brasil no primeiro período da constituição desse projeto. (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 42.

O período trouxe ganhos significativos tanto para o Serviço Social no núcleo da Previdência Social quanto para toda a categoria inserida em outros espaços ocupacionais, lotados para atender as demandas postas por outras políticas públicas. Visto que as diretrizes formuladas e mais tarde postas em prática direcionam o fazer profissional que abrange toda a classe profissional.

Mais do que repercutir o que se passou no exercício profissional em geral e na sociedade brasileira, o serviço social previdenciário percorreu uma trajetória marcada pela expressividade no meio profissional, pela inserção dos assistentes sociais no movimento sindical previdenciário e outros pelo notável empenho em desvelar as inelutáveis contradições da prática

profissional no âmbito do sistema previdenciário, condicionadas pelo contexto sociopolítico e econômico. (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 33).

Os campos de exercício do profissional do Serviço Social mencionados no PBA se direcionam para habilitação da clientela conforme apontam Braga e Cabral, (2008 p. 81), “introduzindo também as idéias de participação e planejamento que eram incorporadas na forma tecnocrática de pensar e agir, definindo:”

- participação em todos os níveis de planejamento social;
- fornecimento de dados, através de pesquisa social;
- informação qualitativa baseada na experiência típica de sua prática;
- subsídios que oferecem para a participação eficiente de sua clientela.

No que diz respeito à forma de ajuda a clientela, essa, se dá mediante a comprovação contida em itens específicos do PBA, segundo Braga e Cabral (p.84), subdivididos em “integração social de beneficiários e orientação previdenciária”, levando em consideração os eixos de intervenção (terapêutico, preventivo e intervenção promocional), “estas ações devem ser dirigidas para solução dos problemas mais frequentes apresentados pelos beneficiários em relação a situações dos riscos sociais cobertos pelo regime da previdência social”.

Quanto à integração social de beneficiários Braga e Cabral relatam que estão elencados no rol a seguir:

- desconhecimento dos recursos previdenciários;
- problemas gerados pelo baixo nível socioeconômico;
- ausência de mentalidade participativa;
- aumento de encargos decorrentes de situações de riscos sociais;
- situações disfuncionais dos beneficiários.
- despreparo para aposentadoria (PBA).

Atenuando a maneira empregada para conclusão de projetos com a finalidade de atender à clientela o documento prossegue:

- trabalhar com a clientela capacitando-se para o uso adequado do sistema previdenciário e dos recursos comunitários;
- levantar fenômenos sociais evidenciados no atendimento a fim de fornecer subsídios para uma prática mais eficaz;
- oferecer condições que permitam aos beneficiários adquirir melhores condições de qualificação profissional, visando a sua reintegração na força de trabalho;

- propiciar meios para melhoria do relacionamento social;
- orientar os beneficiários, habilitando-os para a utilização adequada e para a solução de dificuldades no que se refere à previdência social e aos recursos da comunidade;
- estimular o grupo familiar para melhorar sua estrutura sócio-econômica;
- prevenir a marginalização do aposentado, possibilitando sua integração no meio familiar e comunitário (PBA).

O Plano Básico de Ação representou importante mudança para a Previdência Social, considerando o período histórico, no entanto a que se observar que se impunham obrigações aos filiados, e pouco se falava em direitos por eles adquiridos, o Serviço Social, como as demais classes trabalhadoras, eram integrantes do quadro funcional do INPS buscava mais engajamento da população no planejamento e elaboração das políticas sociais, mas era condicionado às normas institucionais, de acordo com BRAGA e CABRAL (2008, p. 87), guiados e regidos por “uma orientação dominante de “soluções de problemas”, surgida no bojo do capitalismo moderno para um funcionamento social adequado às normas do trabalho assalariado, nas condições de produtividade”.

O FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, instituído pela Lei n. 5.107, de 13/9/1966, gerido pelo Estado se assentou também sobre a folha de salários, destinando 8% da remuneração a um fundo que servia para financiar o sistema habitacional e dinamizar a economia. Podia ser utilizado para aquisição da casa própria ou retirado quando da aposentadoria, mas implicava o fim da estabilidade no trabalho após dez anos de serviço, favorecendo a circulação e a demissão de trabalhadores, resultando numa troca do direito ao emprego pela utilização de recursos acumulados nas mãos do Estado a juros baixos. As empresas preferiam, então, contratar optantes pelo FGTS a trabalhadores estáveis. (ALMEIDA; CHAUTARD, 1976 apud BRAGA; CABRAL, 2008, p. 71).

O Serviço Social passou por momentos de mudanças significativas no âmbito da política da Previdência, no regime ditatorial instituída a partir do Plano Básico de Ação, Braga e Cabral citam que:

A Padronização da Documentação Técnica/Sistema Básico de Registro de Dados (Brasil, INPS, 1972), vinculam-se fundamentalmente ao conjunto das estratégias educativas necessárias à criação das bases político-ideológicas de legitimação do regime e do padrão de acumulação que se consolida no país a partir de 1964, em que a Previdência, como já foi mencionado, constituiu uma política privilegiada. (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 47).

Não se consolidava, pois, um sistema de Seguridade Social no Brasil e sim uma forma de seguro social, que era tido mediante a condição de trabalhador contribuinte, que tinha riscos possíveis de serem cobertos os quais, se voltavam à cobertura “de riscos inerentes aos acidentes, à doença, à velhice, à invalidez e à morte”, (Braga; Cabral, 2008, p. 67), todavia o Plano Básico de Ação de 1978 apresentou mudança na forma de atuação do trabalho desenvolvido pela categoria de Serviço Social.

Quatro propostas de intervenção de forma a acompanhar os serviços (Benefícios, Perícia Médica e Reabilitação Profissional) prestados pela instituição e considerados eixos estruturantes da gestão e do controle das demandas previdenciárias da massa trabalhadora. Foram elas: Ação integrada Serviço Social e Benefícios, Ação Integrada Serviço Social e Perícia Médica, Ação Integrada Serviço Social e Reabilitação Profissional e Identificação e Mobilização de Recursos Comunitários, que vão exigir do assistente social o pleno conhecimento da legislação previdenciária, antes pouco requisitada dado à natureza assistencial da maioria dos programas desenvolvidos nos Centros de Serviço Social. (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 110).

O período que compreende os anos 1979-1994 é de suma importância para o Serviço Social enquanto profissão foi nesse lastro de tempo que se materializou a proposta de ruptura da profissão com o cunho conservador e funcionalista, marcado por lutas da categoria nas mais diversas políticas de atuação com o intuito de reformular os documentos que iriam dar diretrizes a atuação profissional do Assistente Social.

O período coincidiu com mudanças de cunho inovador para o sistema de Seguridade Social, em, específico o da Política Previdenciária que modifica a estrutura de atuação do profissional do Serviço Social, em 1991 no artigo 88 da Lei 8.213/91 especifica a competência do Serviço Social no âmbito interno e externo da instituição e demarca o seu lócus de labor, Braga; Cabral (2008, p. 99) “o trabalho do profissional de serviço social passou a ser exercido junto às agências, postos de benefícios e grupamentos médicos-periciais” antes exercido nos extintos Centros de Serviço Social, acarretando desafios para os profissionais supracitados, em ordens subjetivas “à perda de significação frente ao conjunto das práticas sociais existentes na instituição e objetiva”, “a dispersão dos profissionais em inúmeras unidades” período também de perdas e ganhos para o povo brasileiro.

Um longo período de ditadura, seguido por um tenso processo de redemocratização (que produziu importantes movimentos como o da Anistia

e o das Diretas Já); novas expressões de movimentos sociais, urbano e rural; de organização político-partidária e sindical; nova Constituição federal; *impeachment* presidencial; eleição presidencial, em 1989, a qual possibilitou a contenda entre dois projetos distintos: um democrático-popular; representado pela figura do líder sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, e o outro conservador, representado por Fernando Collor de Mello, que se elegeu por estreita margem de votos, sendo em 1992 destituído do poder. Essa fase culmina com outra eleição presidencial, em 1994, ocasião em que novamente se confrontam forças populares, com Luiz Inácio Lula da Silva, e centro-conservadoras, com Fernando Henrique Cardoso que, eleito, conduziu dura reforma neoliberal do Estado brasileiro. (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 96).

O processo histórico advindo no centro da Previdência Social nos 80 é percebido pelo Assistente Social, como obscuro no que diz respeito a sua atuação profissional referente às mudanças impostas e as vitórias já conquistadas, Braga e Cabral (2008, p. 102-103) traduz como sendo, “uma prática profissional tradicional, a-histórica, baseada no senso comum, alicerçada numa ausência de reciclagem e supervisão profissional”, fundada numa profissão interna e enfadonha.

O labor da profissão do Serviço Social no INPS, não o permitia buscar compreender as demandas recebidas a partir de seus conhecimentos técnico-operativos, e muito menos ético-político, conforme Cartaxo:

O encaminhamento para a superação seria bem mais amplo. A passagem do objeto seria mediante movimentos em relações encadeadas na direção da transformação de uma situação. Nesse movimento estaria presente a informação, a passagem do saber profissional – técnico, burocrático- no sentido de instrumentalizar o segurado, situado-o quanto a seus direitos, sua inserção nas relações sociais condicionadas pela estrutura/conjuntura e mediadas pelas instituições, em, particular a previdência. (CARTAXO, 2008, p. 162).

Silva (2012, p. 212), destaca que: “a luta pelo fim do regime de exceção imposto pelos militares e pela redemocratização do Brasil, mais a ampliação dos direitos sociais, ganha relevância e é vitoriosa”, a Seguridade Social é agraciada por ganhos do período os quais se estendem à Previdência Social, ainda que em uma conjuntura universal de intensas transformações nos espaços de labor alcançando países periféricos como o Brasil, que tiveram os processos de industrialização e de proteção social, tardios comparados aos países ditos de primeiro mundo.

A Constituição Federal de 1988 convalidou no seu cerne mudanças significativas em relação à Seguridade Social, no entanto foi fragmentada formando um tripé pelas políticas de Assistência Social, Previdência e Saúde, distingui-se pelas fontes de custeios. Silva (2012) aponta como formato de financiamento da

Seguridade Social, “Base diversificada, Característica de progressividade; Garantia para manutenção e ampliação do sistema; Facilidade para cobrança das contribuições criadas; Mecanismo de coerção para evitar débitos ao sistema por parte das pessoas jurídicas”. No que diz respeito ao gasto “o orçamento da seguridade é único para as entidades e órgãos a ela vinculados; a proposta orçamentária deve ser elaborada de forma integrada; veda o uso dos recursos da seguridade para outros fins; a criação ou expansão de serviços é condicionada à existência de custeio”.

Na elaboração da Lei da n. 8.213, de 1991, que definiu o plano de Benefícios e Custeio da Previdência, a atuação dessa Coordenação foi fundamental para formular, criticamente, a competência do Serviço Social na instituição, em parceria com entidades da categoria e o meio acadêmico, resultando no artigo 88, que como competência deste “esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e o meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem da relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade”. (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 107).

Destarte, o labor do profissional do Serviço Social, no âmbito do INSS foi construído passo a passo com o processo histórico do Serviço Social e da Política Previdenciária contido nos documentos que balizam a profissão - Leis, matrizes, códigos dentre outros de suma importância-evidenciado mudanças significativas, e, decisória para a categoria, para a instituição e principalmente para os beneficiários, de acordo com Braga; Cabral:

Essa busca de ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações sociais mais amplas que o condicionaram e lhe atribuem características particulares leva ao entendimento de que o significado social da profissão, suas demandas, tarefas e atribuições devem ser identificados dentro da trama de relações que constituem a vida social e particularmente nas respostas que a sociedade e o Estado constroem frente às necessidades sociais dos homens em suas múltiplas dimensões (materiais, espirituais, culturais, subjetivas etc.)”. (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 124).

Mediante o aprimoramento das diretrizes contidas principalmente no código de Ética de 1993, da Lei 8.662/93 e na Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social da Previdência Social em 1994, a categoria assume posicionamento em prol de um sistema previdenciário pautado na garantia dos direitos sociais, civis, trabalhistas e humano, a qual prisma pela a democracia que alcance a classe trabalhadora e suas famílias, que venha a ser refletida por toda sociedade,

ampliando o conhecimento de seus direitos como forma de emancipação humana, aonde o trabalho deveria ser a fonte de existência humana, e não apenas forma de usurpação e ganância da força de trabalho de outros, angariando pra si a riqueza produzida que deveria ser constituída e redistribuída para todos de forma a conter as desigualdades sociais traduzidas na miséria, no pauperismo, na fome, na discriminação, no preconceito, na luta de classe, que compõe a questão social.

O acirramento da questão social, apesar da redução de algumas desigualdades no Brasil, nos últimos anos, vem acompanhado pelo surgimento de novos modos de exclusão/inclusão precária que mascaram esses processos. Em que pese a perspectiva de aprofundamento da democracia e da ampliação do acesso a direitos para o conjunto da população, fruto de muitas lutas populares, a disputa entre projetos políticos que afirmem esses direitos como elementos fundamentais ao desenvolvimento de novos patamares de sociabilidade e os projetos que os negam, afirmando que os investimentos sociais precisam ser reduzidos e sua responsabilidade transferida à sociedade continua sendo central no cenário contemporâneo. (PRATES, 2012, p. 126).

Quadro 02 : Os onze princípios do Código de Ética do Serviço Social de 1993, que norteiam os/as Assistentes Sociais

O código de Ética de 1993, especifica um rol de princípios fundamentais que direcionam a profissão dos Assistentes Sociais, pautados na matriz histórica-crítica-dialética;

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa de arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem

dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;

- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Fonte: Elaborada pela autora.

As demandas atendidas pelo serviço social no âmbito do INSS são os segurados da previdência social e seus dependentes, os quais buscam saídas para os obstáculos e dificuldades de acesso aos seus direitos.

O assistente social tem, portanto, sua intervenção voltada para a defesa dos direitos sociais de seus usuários e a melhoria das condições de vida dessa população, tarefa que realiza tanto pela oferta de bens, recursos e serviços, como pelo exercício de uma ação socioeducativa e emancipatória, defendendo, preservando e efetivando direitos sociais. (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 124).

As circunstâncias vivenciadas no decorrer dos anos de serviço prestados no INSS resultaram na elaboração de um documento que mostrasse o conhecimento e também descontentamento em relação à atuação da categoria no cotidiano de suas ações, que viesse ultrapassar a forma funcionalista e burocrata de agir e pensar dos dirigentes e executores das políticas públicas no âmbito institucional, gestada e instituída nos anos 1990 a Matriz Teórico-Metodológico do Serviço Social na Previdência Social, segundo Braga e Cabral (2008, p. 115-116) "em 1994, apresenta um novo paradigma para o Serviço Social na área e vai se constituir um marco na história da profissão na Previdência, revelando "uma opção clara e fundamentada pelos princípios democráticos" pautado na reconstituição da prática da cidadania e do direito.

Assim o paradigma em discussão desde 1991, surge como contraposição à matriz funcionalista/ajustadora que durante anos orientou a prática dos assistentes sociais da Previdência Social e, nesse sentido, vai travar o embate com as forças institucional conservadoras e caminhar na direção de uma prática renovada, construída a partir de uma apreensão crítica da realidade. Para tal o novo paradigma vai apoiar-se no método crítico dialético, apresentando como fundamentos novas bases teóricas, estratégicas, éticas e legais para a ação profissional, sendo orientado por uma concepção de Previdência Social, como direito dos trabalhadores". (BRAGA; CABRAL, 2008, p.116).

Atuação desse profissional está voltada diretamente para o enfrentado das lutas das classes sociais, demanda pela desigualdade social oriunda da má

distribuição da riqueza socialmente produzida e “mantida nas mãos de uma minoria detentora dos meios e das forças de trabalho”. O enfrentado se dá através da garantia de direitos, aqui facultado no direito trabalhista via Previdência Social, onde se opera diretamente nas expressões da questão social visíveis, através do método crítico, histórico e dialético, visto que há necessidade de se conhece a realidade para que se possa compreende – lá antes de se tentar modifica - lá. Braga e Cabral (2008, p. 137), trazem que o processo histórico construído pelas formulações das políticas de proteção social, em, específico da Previdência, estão balizadas nas “necessidades, princípios e valores socializados pelos trabalhadores e reconhecidos pelo Estado e pelo patrono”, materializado assim o núcleo das batalhas travadas pelo trabalho.

Desde o final da década de 1980 estiveram em jogo duas questões centrais e organicamente vinculadas: uma, de ordem mais econômica, visou adequar a seguridade social às reformas macroeconômicas, implicando-a nos mecanismos de financiamento da economia e transformando-a na vilã do déficit público e da plena integração à economia de mercado; a outra, de natureza político-estratégica, consistiu em obter o consentimento passivo dos trabalhadores aos mecanismos que dão nova funcionalidade ao sistema de cobertura dos riscos sociais e do trabalho (campo da seguridade social), fragmentando-o em medidas assistenciais focais, na cobertura pública mínima e na complementação de benefícios e serviços privados, seja por meio de instituições do mercado, seja por meio da formação de fundos previdenciários complementares”. (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 141).

A inserção da categoria do Serviço Social no quadro funcional do INSS, não foi e nem é exceção no embate por garantia de direitos efetivados e posteriormente ameaçados de extinção, sendo, pois, trabalhadores assalariados sofrem ameaça, posta pelo modo de produção vigente, onde as garantias de direitos são fragmentadas e beneficiários são selecionados pelo Estado na qualidade de mediador dessa luta de classes.

A contrarreforma da previdência sugou direitos conquistados historicamente pelos/as trabalhadores/as e exigiu a readequação dos serviços dos prestados pelo INSS enquanto órgão operacionalizador da política previdenciária, com ênfase na visão do seguro e da proteção individual. O Serviço Social sofre sérias restrições – justamente no momento histórico em que realizava projetos nacionais de intervenção em diferentes frentes, como saúde do trabalhador, benefício assistencial, trabalhador rural, etc., norteado pelos princípios do projeto ético-político profissional através de ações profissionais que buscam a socialização das informações previdenciárias e o fortalecimento dos sujeitos coletivos. Estas restrições se traduzem desde a tentativa de extinção do serviço via medida provisória em 1998 – revertida logo depois, após ampla mobilização – e a perda da estrutura organizacional em 1999, até a redução do alcance de instrumentos técnicos como parecer social, além de sérias reduções

orçamentárias. Além disso, o reduzido quantitativo de profissionais que atuavam no INSS, após décadas sem concurso público, comprometia seriamente a existência deste serviço que deveria ser oferecido à população usuária com qualidade, (CFESS/CRESS 3ª Região/Ceará, Gestão 2011-2014).

A categoria profissional do Serviço Social na Previdência Social buscou desde o primórdio de sua implantação, seu espaço de atuação com liberdade sobre suas ações, no entanto, experimentou muitos desgastes e desilusões, com persistência alcançou êxitos significativos com essas lutas, vale destacar aqui algumas dessas conquistas expressas na gestão do CFESS de 2011-2014, intitulada de Gestão Tempo de Luta e Resistência:

Quadro 03- Gestão Tempo de Luta e Resistência – CFESS 2011-2014.

1 – Exigência pelos gestores, de execução pelos Assistentes Sociais, de ações estranhas às previstas na lei que regulamenta a profissão e no edital do concurso, com destaque para a habilitação de benefícios.

- Concebemos a realização de concurso público, pelo INSS, para contratação de Assistentes Sociais, um marco histórico para a categoria. Entretanto, surpreendeu-nos o cenário que se configurou após a nomeação dos profissionais devido ao entendimento equivocado, por alguns gestores do INSS, que insistem em determinar aos profissionais a realização de atividades complementares estranhas às competências do serviço social do INSS, nos termos da Lei 8.213 de 1991, e às atribuições desses profissionais previstas na Lei regulamentar à profissão – Lei 8.662/93 e estabelecidas no edital do concurso;

- Destacamos a determinação, por parte de alguns gestores do INSS, para que os assistentes sociais desenvolvam ações relacionadas à habilitação de benefícios, principalmente para a habilitação do benefício assistencial/BPC, previsto na LOAS. O INSS operacionaliza este benefício desde sua implantação em 1996 e a sua habilitação e concessão sempre foram realizadas por servidores administrativos, atuais técnicos do seguro social, lotados na área de benefícios;

- Em relação ao BPC, o assistente social atua na realização da avaliação da deficiência e do grau de incapacidade das pessoas com deficiência que buscam o BPC, juntamente com a perícia médica, conforme determina o Decreto 6214/07 e Lei 8742/93 e alterações. Além disso, realiza ações de socialização das informações junto aos usuários e à sociedade civil, por meio de abordagens

individuais e grupais viabilizando articulações com instituições e os poderes públicos;

- Informamos também que ainda permanecem ameaças realizadas por alguns gestores nas quais registram que o não acatamento das ações determinadas por eles gerará avaliações negativas nos estágios probatórios destes profissionais, na avaliação de desempenho (GDASS) e em denúncias aos órgãos de corregedoria do INSS;

- Essa postura por parte de alguns gestores do INSS tem gerado conflitos, desconforto profissional, com forte tendência a caracterizar-se como assédio moral. O CFESS repudia este tipo de conduta que fere a autonomia do assistente social.

2 – Fragilidade das Condições técnicas e éticas de trabalho.

- Outro ponto que nos preocupa, refere-se à garantia de condições materiais e técnicas compatíveis com o atendimento de qualidade, com a preservação do sigilo profissional e assegurando a relação ética, de respeito e confiança entre profissionais e usuário, conforme prevê o Código de Ética profissional e a Resolução CFESS nº 493/2006. Destacamos também a importância dessas condições para os profissionais do INSS que apresentam deficiência. O recebimento de denúncias de profissionais atendendo em espaços não apropriados tem sido levado aos gestores do INSS e é preciso ações urgentes que visem superar este quadro. Para além das ações de fiscalização que estão sendo deflagradas pelos Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS, o CFESS vem mais uma vez afirmar de forma veemente a defesa da necessidade de espaços exclusivos para o atendimento e solicitar ações de V. S^a na superação dos entraves a essa garantia;

- O CFESS tem feito gestões continuadas, por meio de reuniões e pronunciamentos por escrito dirigidos aos gestores do INSS, em âmbito nacional, visando à superação dos obstáculos. Fomos atendidos na exigências legal do profissional utilizar seu número de registro profissional (CRESS) nas suas atividades profissionais, garantido à população usuária seu direito de usufruir de serviços qualificados com profissionais habilitados para isto. Ressalta-se que o INSS assumiu o compromisso de realizar ato normativo orientando a todos os gestores regionais sobre a medida. No entanto urge a necessidade de ações que garantam o exercício profissional compatível com o estatuto legal e a garantia das condições

materiais e técnicas, incluindo o espaço físico adequado para que um atendimento ético e respeitoso para com os usuários se viabilize.

3 – Demora na publicação de ato normativo sobre as atribuições e competências do assistente social no INSS, conforme exposto:

- O documento OS- IAPAS-SAD-nº 135, de 04/0/3/86, que trata das atribuições dos Assistentes Sociais no INSS se encontra desatualizado e já não atende às novas demandas institucionais. Em função do intervalo de tempo decorrido e das alterações na Estrutura Organizacional do INSS, os Assistentes Sociais procuraram adequar suas atividades às demandas apresentadas pelos usuários;

- O trabalho desenvolvido pelos Assistentes Sociais no INSS tem respaldo na Lei nº 8.213/81, artigos 88 e 89, no Decreto nº 3.048/99, artigos 137, § 2º e 161, que divergem daqueles elencados no documento acima mencionado. O recente provimento de mais de 800 cargos de Analista do Seguro Social com formação específica em Serviço Social, decorrente de concurso público intensifica a necessidade de atualização da norma;

- Desde agosto de 2007, encontra-se em tramitação no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG, o Processo nº **04500.006030/2007-24**, oriundo da Diretoria de Recursos Humanos deste Instituto, contendo proposta de reformulação das atribuições do cargo de Assistente Social, em forma de minuta de Decreto, com vistas a atualizar as normas que tratam das atribuições pertinentes à referida categoria profissional;

- As atribuições reunidas na minuta de Decreto em tramitação resultaram de documento elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído por representantes do INSS, MPS, MDS e CFESS, as quais se encontram em correlação com a Lei 8.662, de 07 de junho de 1993, Lei 8.213/91, art. 88 e Decreto 3048/99, artigo 161, que dispõem, respectivamente, sobre a profissão do de Assistente Social e sobre as competências deste profissional na Previdência Social. O referido Grupo de Trabalho foi constituído pelas Portarias Conjuntas nº 01, de 28 de março de 2007 e prorrogada pela Portaria nº 03, de 28 de junho de 2007, emitidas de forma conjunta pelas Secretarias Executivas do MDS e do MPS, tendo como um dos objetivos *“definir atribuições, competências, funções do serviço social no âmbito da Previdência Social a fim de readequar a estrutura existente às demandas”*, conforme comprovado nas cópias das referidas portarias.

- A Lei 10.855/2004, após alterações pela MP 359/2004, convertida na Lei 11.501 de 2007, possibilita a regulamentação das atribuições de Analista do Seguro Social, com atribuições específicas, conforme especificados nos artigos 5º A e 5º B⁴;

- A publicação deste ato normativo, conforme elaboração do referido grupo de trabalho é urgente e solicitamos esforços do INSS na concretização do pleito.

4 – Quantitativo de profissionais não suficientes face à não nomeação de mais 50% das/os aprovadas/os no concurso.

- A realização de concurso para 900 vagas para Assistente Social/Analista Social foi uma grande conquista e permitirá ao INSS avançar na implementação dos direitos previdenciários e assistenciais. Esse número, contudo, é insuficiente para o provimento do quadro de pessoal das Gerências Executivas e das Agências da Previdência Social, visto que antes da realização do concurso público, o INSS contava com apenas 548 profissionais, sendo que somente 270 desempenhavam suas ações nas seções específicas de Serviço Social do INSS. Os demais técnicos atuavam nos setores de Reabilitação Profissional, Recursos Humanos, exerciam cargos comissionados e/ou atuavam nos diversos setores deste Instituto. Os estudos realizados pelo grupo de trabalho composto por assistentes sociais do INSS e representação do CFESS com vistas à (re)estruturação do Serviço Social em 2007, já demonstravam a necessidade de contratação de aproximadamente 1.600 profissionais para suprir as demandas de atendimento aos usuários das políticas da previdência e assistência social. Este quantitativo não atende as demandas da Reabilitação profissional e Recursos Humanos;

- Conforme dados divulgados pela Divisão de Serviço Social aos assistentes sociais do INSS, em set/2011, conforme Nota Técnica nº02/2011 INSS/DIRSAT/DSS, existiam 315 APS, sem Assistentes Sociais e 863 com Assistentes Sociais, desta, 600 contam com apenas uma assistente social;

- Considerando que a Portaria 450, do MPOG, admite a possibilidade de nomeação de candidatos aprovados até o limite de 50% a mais do quantitativo original de vagas, o CFESS juntamente com a FENASPS pleiteiam a imediata nomeação de mais 450 profissionais, o que elevaria os nomeados para 1.350. Foram diversas as

⁴ Artigo 5º A. Os cargos de provimento efetivo de nível superior de analista Previdenciário, integrantes da Carreira do Seguro Social, do Quadro de Pessoal do INSS, mantidas as atribuições gerais, passam a denominar-se Analista do Seguro Social. Artigo 5º B. As atribuições específicas dos cargos de que tratam os arts. 5º e 5º A serão estabelecidas em regulamento. (NR).

ações que empreendemos junto aos gestores do INSS e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, incluindo a prorrogação do concurso. Este se encontra em vigor em até junho de 2013. O INSS no último semestre realizou a convocação de 200 assistentes sociais, nos meses de setembro e dezembro de 2012;

- Assim, pleiteamos a V. S^a, a nomeação de mais 250 assistentes sociais já aprovados no referido concurso. Recebemos informação de quantitativo expressivo de profissionais que aposentarão nos próximos anos e da ampliação do quantitativo de Agências da Previdência Social em todo o país, o que torna urgente esta convocação, diante possibilidade de não ser garantida a continuidade dos serviços desenvolvidos pelos assistentes sociais, com destaque para as competências previstas no artigo 88 da Lei 8.213/91 artigo 20 da lei 8.742/93 (LOAS), o que comprometerá o cumprimento da missão institucional do INSS diante da população usuária e da sociedade brasileira;

- O INSS está diante de uma oportunidade histórica ímpar para ampliar condições de qualidade no atendimento de suas atividades, ao tempo em que diminuirá a distância dado quantitativo de vagas necessárias, com o ingresso de profissionais qualificados.

5- Implantação imediata de jornada de 30 horas para os assistentes sociais do INSS com respaldo na Lei 12.317 de 27 de agosto de 2010.

- O CFESS solicita a imediata implantação da jornada de 30 horas para os assistentes sociais do INSS, com respaldo na lei 12.317/2010 que alterou a Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8.662/1993), incluindo determinação relativa à jornada de trabalho sem redução de salário;

- É importante ressaltar também que a conquista das 30 horas semanais sem redução de salário para assistentes sociais deve ser compreendida no conjunto de lutas da classe trabalhadora porque contribui para a garantia de melhores condições de trabalho e se insere na luta pelo direito ao trabalho com qualidade para todos/as.

Fonte: Elaborada pela autora.

Ficou evidente na fala da presidente do CEFSS gestão 2011-2015⁵, que a luta enfrentada pela categoria foi e continua persiste, sendo amplos os embates,

⁵ Samya Rodrigues Ramos Conselheira Presidente do CFESS, gestão 2011-2014.

uma vez que a classe luta pela efetivação plena de direitos previstos na Constituição de 1988, e também pela não destituição de direitos outrora conquistados, uma vez que são trabalhadores assalariados e estão na mesma situação, que os demais.

As lutas enfrentadas pelos profissionais do Serviço Social se traduzem nas expressões emanadas pela questão social, aonde são postas as demandas que estes profissionais irão intervir nos espaços de trabalho dentro das políticas públicas em especial da Política de Previdência que engloba questões advindas de outras políticas.

3.2 Questão social e a relação com o fazer profissional do assistente social no âmbito da política previdenciária

Diante das mudanças impostas pelo Estado Neoliberal, onde os direitos sociais sofrem um processo de redução e inviabilidade, oprimindo o trabalhador e excluindo ainda mais os desempregados, Prates aponta que:

O acirramento da questão social, apesar da redução de algumas desigualdades no Brasil, nos últimos anos, vem acompanhado pelo surgimento de novos modos de exclusão/inclusão precária que mascaram esses processos. Em que pese à perspectiva de aprofundamento da democracia e da ampliação do acesso aos direitos para o conjunto da população, fruto de muitas lutas populares, a disputa entre projetos políticos que afirmem esses direitos como elementos fundamentais ao desenvolvimento de novos patamares de sociabilidade e os projetos que os negam, afirmando que os investimentos sociais precisam ser reduzidos e sua responsabilidade transferida à sociedade continua sendo central no cenário contemporâneo. (PRATES, 2012, p. 126).

Segundo Behring (2013, p. 8), “a proteção social está neste momento histórico de crise do capitalismo no olho do furacão, tanto no espaço geopolítico onde mais se desenvolveu a Europa, como também no Brasil e demais países da América Latina”. A atual conjuntura de crise desmascara o que o sistema de produção capitalista maquia, como afirma Behring (2013, p. 08), “que, este é um momento em que estão exponenciadas as expressões da questão social, com destaque para o desemprego endêmico que assola a Europa, acompanhado da precarização e super exploração do trabalho”.

No em tanto Guerra, (2007, p. 6) pontua que “é no estágio monopolista do capitalismo que a questão social vai se transformando em objeto de intervenção

sistemática e contínua do Estado”, afirmado assim o objeto de intervenção e o espaço de trabalho do assistente social.

Na contratendência da crise capitalista de longa duração de tonalidade recessiva, cujo desencadeamento remonta à década de 70 do século XX, verificam-se profundas alterações nas formas de produção e de gestão do trabalho perante as exigências do mercado mundial sob o comando do capital financeiro, que alteram profundamente as relações entre o Estado e sociedade. Novas mediações históricas reconfiguram a questão social na cena brasileira contemporânea no contexto da mundialização do capital. (IAMAMOTO, 2011, p. 142).

A busca constante por proteção social devido à exploração sofrida pela classe trabalhadora, constitui a luta travada pelas classes, capital e trabalho, que materializa as expressões da questão social, visto que o acúmulo do lucro gerado pelo o trabalho excedente absorvido pelo capital gera a desigualdade social, uma vez, que, a riqueza produzida não é distribuída para quem a gera, inflama as expressões da questão social (pobreza extrema, pauperismo, desemprego, exclusão, preconceito, discriminação dentre outras), necessita, pois, de uma categoria profissional que adentre na arena dessa luta e busque intervir na garantia dos direitos que protegem a classe trabalhadora da exploração e aprisionamento sofrido pelo os trabalhadores, uma vez que se vende a força de trabalho apenas para suprir as necessidades mínimas não, que seja isto, que o trabalhador queria, más é isto que recebe e é contra isto que luta.

O valor desse produto contém desde logo o dos meios de produção consumidos; porém, o trabalho não empregaria utilmente esses meios se e o seu valor não passasse ao produto. O referido valor encerra, além disso, o equivalente da força de trabalho e um sobrevalor. Esse resultado é devido a que a força obreira vendida por um tempo determinado, um dia, uma semana, etc., possui mais valor da troca da sua força, o trabalhador aliena o valor do uso dela, como sucede em toda a compra e venda de mercadorias, (MARX, 2008, p. 182).

É nesse cenário que entra o Serviço Social enquanto categoria profissional na busca da emancipação humana, no sujeito consciente de seus direitos que busque transpor essa barreira posta pelo modo de produção e se conheça como dono de sua força de trabalho e o produto produzido como seu de direito.

A atuação do assistente social no âmbito do INSS se volta para as informações prestadas aos segurados da previdência social e seus dependentes, a

cerca dos seus direitos e deveres, bem com elaboração de laudos e pareceres, efetuando também estudos sociais e perícias, (INSS, 2015).

Art. 4º Constituem competência do assistente social:

(...)II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo. (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, Trindade (2014) afirma que “o assistente social é o agente institucional que viabiliza o acesso da população usuária a boa parte dos serviços sociais, sendo muito comum que a entrada e saída do usuário da instituição passem pelo crivo do profissional”. O profissional do serviço social é responsável pela coleta de dados sobre a situação socioeconômica do usuário para que possam justificar a liberação de determinados recursos e serviços, especialmente quando a demanda está maior do que a oferta dos recursos institucionais, cabendo ao profissional empregá-los racionalmente (fazer uma seletiva), fica o assistente social na incumbência de divulgar e esclarecer os usuários sobre as normas institucionais e sobre os serviços prestados pelo o profissional de Serviço Social. Como demandado no código de ética de 1993.

O Projeto Ético-Político hegemônico no Serviço Social brasileiro contemporâneo é um discurso normativo Bravo e Matos (2010) apontam ainda que:

Discutir as competências e atribuições do assistente social coloca em questão não um dever ser monolítico, mas a busca de possibilidades de prática a partir do existente. Possibilidades de prática que uma formação e uma capacitação, que demanda a realidade e especificamente o lócus do cotidiano profissional, permitem indicar, frente ao que está sendo realizado pelos assistentes sociais no seu exercício profissional. (BRAVO; MATOS, 2010, p. 8).

O Serviço Social enquanto profissão que está inserida na divisão sócio técnica do trabalho coletivo atua com as expressões da questão social advindas de um sistema que coisifica e mercantiliza as relações sociais, sendo assim, dentro da base de efetivação do trabalho profissional do assistente social, esse tem por horizonte a efetivação dos direitos sociais contribui de forma positiva para a construção de uma nova ordem societária.

Para se buscar uma efetivação plena o profissional deve agir junto aos usuários considerando suas particularidades em observância da singularidade que

envolve cada caso e buscar dentro dos amparos legais sua consolidação para intervir nas expressões da questão social que advém da demanda posta pela instituição à qual é vinculado.

Princípios e referências expressam uma visão de mundo que, se tomados conscientemente como parâmetro, podem indicar os horizontes, a direção e as estratégias de ação. Podem fornecer também as bases de um ato reflexivo partilhado, portanto crítico, consciente e criativo. (BRAVO; MATOS, 2010, p. 8).

O assistente social como profissional encarregado de intermédia as soluções de conflitos entre as classes, fica, pois, incumbido de dá resposta às expressões da questão social, que, são geradas meio a esse movimento que se forma e se traduz na contrarreforma.

As implicações desse processo são profundas e incidem na autonomia relativa desse profissional que não possui, como vimos, o poder de definir as prioridades nem o modo pelo qual o pretende desenvolver o trabalho socialmente necessário, coletivo, combinado e cooperado com os demais trabalhadores sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que demandam essa capacidade de trabalho especializado. (RAICHELIS, 2011, p. 425).

As expressões da questão social estão vinculadas ao trabalho assalariado em qualquer dimensão, nenhum trabalhador assalariado possui autonomia absoluta e nem garantia de emprego pleno, o modo de produção capitalista é quem dita às regras, que são repassadas pelo o mediador Estado, aos trabalhadores por meio de direitos e deveres, a destituição dos direitos é vista como uma contrarreforma para emperrar conquistas dos trabalhadores frente aos capitalistas. No entanto há sempre manobras e a mais significativa do momento é a terceirização do trabalho e as conseqüências por esta trazida para a classe assalariada.

3.3 Terceirização do trabalho e a desvalorização do trabalhador

O emprego pleno é desejo de consumo de todo ser social que necessita de vender sua força de trabalho para garantir sua subsistência, tendo consciência disto o capitalista que é o empregador majoritário busca meios de destituir esse desejo de efetivação por meio da terceirização, não realizado concurso para compôs os quadros funcionais e sim contratações de livre nomeação e livre exoneração, destituindo garantias outrora conquista pelo direito emanado nos editais dos

concursos, visto que, a via privada não realiza concurso e busca impôs as suas leis de contratação ao poder público quando este privatiza suas estatais, e também contrata serviços terceirizados para seu quadro funcional ao invés de realizar concursos para compô-lo.

Recusa-se o chamado “paradigma unitário na análise de classes” em favor da diversidade de experiências no interior das relações sociais, identificando variadas maneiras de viver situações de dominação, exploração e “exclusão”. Observa-se forte acento nas experiências dos trabalhadores, trazendo para o centro das análises o sujeito que trabalha, dotado de liberdade de escolhas e de subjetividade, na contramão de uma enunciada eclipse do sujeito. Verifica-se, ainda, uma preocupação em articular dimensão propriamente econômica do processo de trabalho com suas implicações políticas e ideológicas, relacionando-o com a regulação estatal dos conflitos na órbita produtiva, por meio das políticas sociais, salariais e sindicais. (IAMAMOTO, 2011, p. 340).

Segundo Silva (2007, p. 63), “o trabalho é condição básica da história da humanidade, pois a sociedade não para de consumir e de produzir”. Fica o trabalhador assalariado reféns do meio de produção, pois trabalha, produz, vende sua força de trabalho e compra a mercadoria que produz pelo valor posto pelos os donos do meio de produção, os quais valorizam a mercadoria e desvalorizam a força de trabalho de quem as produz.

Em suas análises sobre o tema Boschetti, (2012), nos remete as crises vivenciadas pelo modo de produção capitalista e a perda de direitos pelos trabalhadores bem como a fragilização das políticas sociais.

O ambiente de crise após a década de 1970 evidencia os limites do Estado social capitalista, e as medidas adotadas mostram que as opções políticas de respostas à crise, apesar das especificidades nacionais, tiveram como ponto comum a transferência dos custos da crise para a classe trabalhadora, por meio da redução dos direitos, da incitação às atividades e trabalhos sem direitos, do aumento do desemprego, da ampliação das contribuições sociais e dos impostos indiretos, de natureza regressiva. Em muitos casos as contrarreformas procederam a mudanças estruturais nas lógicas do sistema de proteção social. (BOSCHETTI, 2012, p. 764).

O labor por via da terceirização é afirmação da fragilização, mercantilização, e desmonte de direitos trabalhistas, sociais, e econômicos, visto que gera instabilidade, precarização, pauperismo, disputas acirradas por vagas de emprego sem respaldo legal.

A compreensão de totalidade da vida social nas esferas da produção e da reprodução das relações sociais tem no trabalho a categoria fundante do

ser social. Há que se considerar fundamentalmente, portanto, a centralidade e o protagonismo das lutas do trabalho, que expressam as conquistas históricas da classe trabalhadora, e que são determinantes para a efetivação de direitos sociais e trabalhistas no sistema de proteção social, em que a Previdência Social constitui-se em um de seus pilares ” (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 7).

O trabalhador autônomo em muitas vezes é uma parcela da população que não consegue emprego por meio de concurso público ou carteira assinada, trabalha por conta própria ficando assim fora de muitas proteções via direitos trabalhistas e sociais. Apenas a parcela que contribui com a previdência social alcança alguma proteção baseada nesses direitos. Mota aponta que:

Na medida em que emerge a sociedade dual, do trabalho parcial, precário, clandestino, o capital deseja daqui em diante reduzir os salários somente aos salários diretos, que declinarão inevitavelmente em seguida, em função do crescimento massivo do exército industrial de reserva. Assim já é o caso dos trabalhadores clandestinos e dos trabalhadores precarizados que não se beneficiam da previdência social. Essa tendência representa uma redução brutal dos salários, da ordem de 30%, pelo menos na Europa ocidental. (MOTA, 2011, p. 135).

A questão posta pela terceirização traz suas raízes na questão da mundialização do capital e suas faces, sendo que a especulação financeira é no momento a que mais ganha território para exploração e acumulação, pois não precisa produzir mercadoria o lucro acumulado por esta advém de empréstimos financeiros que geram juros e conseqüentemente aumento do capital e desigualdade social. As reais conseqüências recaem principalmente sob os trabalhadores assalariados que perdem seus empregos devido às formas de produção não necessitarem de um contingente de trabalhadores como em outras épocas, empurrando estes para o mercado autônomo e sem proteção previdenciária.

3.4 Capital especulativo e suas faces

A compreensão da lógica do termo capital especulativo é distante das pessoas quem não são da área da política econômica, no entanto vivenciamos cotidianamente essa lógica em tudo que presenciamos em termo de políticas públicas e principalmente nas privadas, pois, o termo se refere aos juros que pagam especialmente em empréstimos financeiros contraídos pelos aparelhos estatais, e os nossos pessoais. Sendo que a círculo contorna em benefício de quem possui mais.

É evidente que o preço que os países periféricos são induzidos a pagar equivale não só o valor de suas dívidas, a recessão da crise capitalista, recai sobre estes, que são postos a repassarem em forma de impostos e redução das políticas públicas para a classe trabalhadora, ampliando o desemprego, e conseqüentemente ampliado também as várias formas da questão social.

A situação de endividamento (que cresce 61% nos anos 80), a presença dos organismos Washington (FMI, Banco Mundial) o consenso de Washington, as reformas neoliberais e a redução da autonomia nacional, a adoção de medidas econômicas e o ajuste fiscal vão se expressar no crescimento dos índices de pobreza e indigência. (YASBEK, 2009, p. 11).

Como apontado no 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS, no atual debate sobre a economia brasileira há uma perda considerável em relação ao salário do trabalhador, analisado o período de 2002 à 2008:

Dados do IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego das principais regiões metropolitanas) mostram que sobre o rendimento médio real efetivo das pessoas ocupadas (média móvel 12 meses) no terceiro trimestre de 2008 ainda era inferior ao de 2002. Em 2008 o rendimento médio real efetivo das pessoas ocupadas é de R\$ 1237,00, R\$ 1221,00 em 2007, inferiores ao rendimento médio de R\$ 1257,00 em 2002. Ou seja, o rendimento médio real do trabalhador era 2,9% menor em 2007 e 1,6% menor em 2008 comparativamente a 2002. (CFESS/CRESS, 2009, p. 30).

A crise econômica mundial aflige o mundo, e o preço real é pago pelo os países de terceiro mundo (periféricos), principalmente por seus trabalhadores, que sentem o peso da desvalorização de seu trabalho.

Tendo o trabalhador o seu valor mediado pela sua força de trabalho, e esta comprada como mercadoria, Marx (2008) pontua a necessidade de subsistência do trabalhador:

A força de trabalho tem, pois, exatamente o valor dos meios de subsistência necessários ao que põe em ação. Os donos da força de trabalho são mortais: a fim de que ela se encontre sempre no mercado, como o reclama a transformação contínua do dinheiro em capital, é necessário que se perpetuem, que reproduzam em quantidade igual, pelo menos, a quantidade de força de trabalho que o cansaço e a morte subtraem. (MARX, 2008, p. 80).

Tendo o Estado como sujeito e objeto das transformações que são processadas pelas lutas de classes: capital x trabalho, este traz o peso maior das reformas (contrarreformas) para o trabalhador por meio de novas regras, como aponta Silva (2007).

As novas regras vêm representando, com efeito, a imposição aos segurados, uma vez que o eixo da reforma foi o aumento da idade média de concessão do benefício implicando, extensão do período contributivo, redução dos gastos no curto prazo pela postergação da concessão e redução dos gastos no longo prazo pela concessão por menor período, (CECHIN, 2002, *apud*, SILVA, 2007, p. 192).

Compreende-se que as transformações sociais, políticas e, principalmente, econômicas e tecnológicas foram indispensáveis para as novas formas de interação social entre os sujeitos e novos meios de organização do Estado e da Sociedade no modo de produção capitalista, levando em consideração que a reprodução social é complexa e as relações sociais nessa sociabilidade estão em constante movimento e transformação, “atingindo diretamente a divisão sociotécnica do trabalho em todos os níveis” (PAULO NETTO, 1996, p. 88).

As dificuldades crescentes no sistema financeiro internacional são ilustradas pela forte elevação do spread (juros) dos títulos brasileiros. Em 2008, este spread aumentou de 179 no início de junho, para cerca de 350 no início de setembro. O crescimento da vulnerabilidade externa, num quadro de redução dos saldos da balança comercial e elevadas taxas de juros, será acompanhado de uma aceleração do crescimento da dívida externa e interna, que tornará ainda mais débil os efeitos da política de elevados superávits primários – evidenciando-se, mais uma vez, que o problema fundamental da fragilidade financeira do Estado se localiza na vulnerabilidade externa e na política monetária., (CFESS/CRESS, 2009, p. 36).

O elo que liga a atual conjuntura da crise capitalista com o desmonte de direitos trabalhistas, econômicos e sociais, está, pois, na acumulação do capital em detrimento da exploração da força de trabalho, visto que uma vez o poder de compra fixado nas mãos de uma minoria, não circula, não circulando não gera impostos, não gerado impostos, não financia direitos sociais, e fragmenta os direitos conquistados principalmente os dos trabalhadores assalariados, enfraquecendo assim todo o aparato estatal, (PAULO NETTO, 1993, *apud* PAULO NETTO, 1996, p. 100), trás que “a desqualificação do Estado tem sido, a pedra-de-toque do privatismo da ideologia neoliberal”, onde afirma que “Estado mínimo” se traduz em “Estado máximo para o capital”.

O modo de produção capitalista traz consigo um novo modo de subsistência reproduzido pela a acumulação, diferente dos modos anteriores (escravismo e feudalismo), onde se produzia de acordo com a necessidade de subsistência e não havia uma intensa luta de classes, nem se concebia o trabalho como mercadoria.

De acordo com Mészáros (1998, p. 7), “o capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como uma mercadoria comercializável, da mesma forma que qualquer outra sujeito-a as determinações desumanizadoras da compulsão econômica”, visto que a força de trabalho se agrega a mercadoria ficando assim sem identidade.

Prates ressalta que:

A nova crise estrutural vivenciada pelo capitalismo, que teve início em 2007/2008, assinala um momento de recrudescimento ainda maior da questão social, o que seguramente trará, por um lado, novas mazelas sociais, e, por outro, a possibilidade histórica de que se conformem novas formas de contra-hegemônicas. (PRATES, 2012, p. 126).

Os avanços e retrocessos da Previdência Social são marcados pela ambiência sócio-histórica, econômica, política e cultural de cada período da conjuntura da sociedade brasileira em relação aos processos macroestruturais de internacionalização do capital em sua fase monopolista e de financeirização da economia, (BRAGA; CABRAL, 2008, p. 8).

Como aponta Matos (2015), o processo de destituição dos direitos da classe trabalhadora acentuou na era FHC e estende até a atual conjuntura, via privatização e terceirização das estatais:

Desde o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) até o governo atual do PT, o Brasil cumpre um conjunto de medidas preconizadas pelo Banco Mundial, dentre as quais destacamos: a contrarreforma da previdência do(a) trabalhador(a) regido(a) pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no governo de FHC; a contrarreforma do servidor público, regido pelo Regime Jurídico Único (RJU) no início do primeiro governo Lula; no governo atual, a publicação das Medidas Provisórias ns. 664 e 665, que afetam tanto trabalhadores(as) regidos(as) pela CLT, como o servidor público, regido pelo RJU; os avanços – tanto nos governos do PSDB como nos do PT - nos processos de privatização do público; por fim, a desregulamentação dos direitos trabalhistas por meio do projeto de terceirização. (MATOS, 2015, p. 685).

A Previdência Social assim como o modo de produção operante e a classe trabalhadora, também atravessa período de recessão no seu sistema direcionada (crise) por vários autores, e épocas contraditórias como pontua Mota:

A chamada crise da previdência se inicia em 1979 e se prolonga até o momento atual. Objeto de acirradas disputas entre a burocracia estatal, os empresários, os bancos e o trabalhadores ativos e aposentados, essas disputas, tiveram um traço singular, neste período. É que, sobretudo a partir da unificação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, as propostas para a previdência tinham cunho reativo às medidas adotadas e/ou

sugeridas pelo governo. Temos, como exemplos, os aumentos das contribuições para suprir os déficits financeiros, a ampliação ou restrição de benefícios, as modificações nas fontes de custeio etc. (MOTA, 2011, p. 184).

Matos (2015, p. 687) traz ainda que “a desregulamentação dos direitos trabalhistas, a ofensiva atual em curso é o Projeto de Lei n. 4.330, conhecido como da terceirização, que pretende regulamentar a terceirização nas atividades fim”, até então aplicada com maior força as atividades-meios, visto que os concursos que viabilizavam a estabilidade da classe trabalhadora, nos aparelhos estatais, estão com suas estruturas abaladas por conta destas contrarreformas.

Segundo Silva (2007), a maleza está na contratação via regime geral da previdência social, esta trazida pela crise recessiva do capitalismo por meio das privatizações e que a instabilidade gerada por esta contratação se mostra nas mazelas postas nas mais diversas formas da questão social, por outro lado mostra que a estabilidade, é via concurso público no momento atual:

O ingresso por concurso, a investidura em um cargo público com direitos e deveres estabelecidos em estatuto da categoria, a participação na gestão de negócios de interesse público, a estabilidade do vínculo em face da alternância das coalizões governamentais, a ascensão por mérito na carreira, (SILVA, 2007, p. 197).

O Ponto de partida e, conseqüentemente, de chegada se mostra na estabilidade, isto é, o trabalho por via de concurso público que garante essa segurança, no entanto, hoje não é fácil se conseguir estabilidade de emprego via concurso, visto que os concursos estão escassos e a manobra por meio da privatização, obriga as pessoas abarcar a primeira oportunidade de emprego que aparece, sem levar em conta as perdas relativas a direitos outrora conquistados, ampliando assim as questões sociais já postas.

Nesse sentido Matos, aponta que:

A profissão de Serviço Social está em movimento, como tudo que tem e faz história. Nesse movimento – que é real e independente da vontade dos sujeitos envolvidos –, temos o desafio coletivo de empreendermos respostas às demandas que nos são solicitadas e que consideramos pertinentes, bem como também precisamos sempre apurar nosso discernimento sobre as requisições enviadas que são dirigidas à profissão. (MATOS, 2015, p. 696).

Conforme Raichelis (2011, p. 237) podemos afirmar que “o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como especialização do trabalho coletivo”, mostra que o assistente social é um trabalhado assalariado, que vende sua força de trabalho, não como mercadoria palpável, mas o seu saber com mercadoria que se dá através, da compra e da venda dessa força de trabalho, para os diversos empregadores, que vai do Estado às organizações privadas. Não sendo fácil a compreensão da particularidade da profissão como parte do trabalho coletivo, “visto que o trabalho não é uma ação isolada de um indivíduo” (RAICHELIS, 2011, p. 237), e sim uma tarefa mútua, visivelmente social.

A atual conjuntura é um reflexo da crise estrutural do capital. Antes se buscava emprego nas fabricas, nas indústrias, prezava-se os empregos privados em qualquer área, pois os salários eram elevados em relação a grande parte dos públicos, havia algumas vantagens, como participação nos lucros, planos de saúde e odontológicos entre outras. O capital era mantido pela produção de mercadoria, o que não se afirma mais, onde está sendo substituído pelo capital especulativo (financeiro), que vem demolindo as estruturas tanto dos direitos sociais e trabalhistas quanto das políticas públicas.

Mota trás que essa situação possa está longe de se resolver, visto que o capital financeiro não produz mercadoria:

De fato, é a reprodução da situação vivida nos inícios dos anos 70 que leva a economia a enfrentar um novo ciclo recessivo no início dos anos 80. Isto é inflação, expansão do mercado financeiro em detrimento do setor produtivo, que apresenta baixa evolução da utilização da capacidade instalada das empresas. Nesse sentido, os anos 80, a despeito da existência de períodos de recessão e recuperação, podem ser pensados no leito do desenvolvimento progressivo da crise, iniciada nos anos 70 e que se prolonga na presente década. (MOTA, 2011, p. 54).

As classes se traduzem pela força formada nas condições de quem as operam (donos dos meios de produção e os trabalhadores). Os primeiros são, pois, a classe ociosa do trabalho, estes ditam as regras, mas não colocam as mãos na massa para produzirem e só para colher o lucro. Já os segundos, colocam sua força de trabalho como mercadoria, que pode ser descartada a qual que momento.

A prerrogativa deste modelo é a formação de um mercado dual da força de trabalho: o trabalhador do grande capital – estabilizado e qualificado – ao lado do trabalhador precarizado e desqualificado, que não tem segurança no seu emprego. (SOUZA, 1994, p.32, *apud*, MOTA, 2011, p. 73).

A modalidade vigente do capital no momento atual se traduz na forma de capital financeiro, que significa circulação de moeda, sem precisar circular mercadoria para se ter lucro. O lucro é extraído a partir do juro gerado pelo o empréstimo contraído pelos os países chamados periféricos que vendem tanto a matéria prima como a mão de obra barata para que os países de primeiro mundo possam obter o lucro, e continuar o circulo de acumulação da riqueza produzida e má distribuída. O que ocasiona as expressões da questão social e a buscar pela proteção dos direitos, sociais, civis, trabalhistas, humanos dentre outras denominações de direitos, onde faz frete o assistente social com seus conhecimentos dentro da luta gerada pelas classes sociais (trabalho x capital), evidenciando o caminho para contém esse embate entre as classes.

Traremos no próximo capítulo a percepção das duas assistentes sociais que atendem na Agência da Previdência Social no Município de Miracema do Tocantins – TO, em vista aos serviços prestados não só em Miracema com nas agências de lotação das mesmas.

CAPITULO III

4 A PERCEPÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO AMBITO DO INSS DO MUNICÍPIO DE MIRACEMA SOBRE A EFETIVAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS

Neste capítulo estaremos abordando acerca dos procedimentos metodológicos que subsidiaram a pesquisa e ainda, fazendo a discussão mediante análise dos dados obtidos junto aos/às sujeitos/as da pesquisa em confronto com os embasamentos teóricos citados nos tópicos anteriores.

4.1 As metodologias aplicadas na pesquisa junto aos/às sujeitos/as

A pesquisa pode ser caracterizada como qualitativa e descritiva com enfoque quantitativo, uma vez que, procura responder questões do tipo “como”. É descritiva porque busca caracterizar a relação estabelecida entre o trabalho do assistente social nas Políticas Públicas Sociais e a influência no acesso dos beneficiários a essas Políticas. Quantitativa porque consiste na identificação, ordenação, classificação, análise e correlação das variáveis, configurando-se em números, traduzidos através de técnica estatística (porcentagens) em gráficos ou tabelas (RICHARDSON et al, 2008; GIL, 2008, SORIANO, 2004).

O presente estudo é uma pesquisa descritiva, pois buscar á descrição das características de determinada população, bem como do nível de atendimento de órgãos públicos a esta comunidade ou grupo. É qualitativa, pois busca enfoque das características de atuação de uma determinada profissão no âmbito de um espaço ocupacional, bem como o nível de atuação do profissional e a satisfação do público por ele atendido e a partir da apreensão da realidade histórica vivenciada por esses autores, compreender a relação da totalidade por meio da particularidade que se forma na singularidade de cada caso atendido, sem perder a essência da metamorfose que é gerada nesse contexto.

Quanto ao planejamento este se deu através de levantamento de dados bibliográficos, coleta de dados qualitativos, por meio de entrevista semi estruturada, e análise documental, bem como a interpretação e análise das falas e dos dados documentais formando, pois, a conclusão final do trabalho pretendido.

As pesquisas qualitativas nas ciências sociais, conforme aponta (MINAYO 1996, *apud*, BONI E QUARESMA, 2005, p. 70), “trabalham com: significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzido as questões quantitativas, pois que, respondem a noções muito particulares”.

Neste trabalho a metodologia foi dividida, basicamente, nas seguintes etapas: pesquisa documental e entrevista. O planejamento se deu através de levantamento de dados bibliográficos, coleta de dados qualitativos, por meio de entrevista semi estruturada, e análise documental, bem como a interpretação e análise das falas e dos dados documentais formando, pois, a conclusão final do trabalho pretendido.

A parte documental foi realizada a partir da compilação de dados existentes em registros de atendimentos, bem como informações obtidas junto a Agência de Previdência Social (APS) de Miracema do Tocantins.

A entrevista visa à obtenção de informações sobre as características e percepções do grupo pessoas alvo do trabalho, o qual foi obtido por meio da utilização do instrumento de pesquisa, questionários com questões abertas e fechadas. Que foi aplicado o/a/s assistentes sociais. Esta escolha deveu-se ao fato do questionário ser uma técnica bastante utilizada em pesquisas nas Ciências Sociais e nos diversos outros ramos da ciência, não apenas para coleta de dados, mas com objetivos voltados para investigação, diagnóstico e orientação, sendo considerado um instrumento de trabalho indispensável nestes casos (GIL, 2008; NOGUEIRA, 1973).

Após entrevistado/as sujeitos da pesquisa, os dados colhidos foram tabulados mediante procedimento manual, uma vez que a população não era tão grande, em seguida os dados foram transcritos em planilha, posteriormente convertidos em gráficos e analisados segundo a abordagem quantitativa e qualitativa.

O método de apreensão da realidade é uma relação profunda entre subjetividade e objetividade. A realidade objetiva por ser produto da práxis humana, é subjetividade objetivada, ao passo que a subjetividade, pelo mesmo motivo, é a realidade objetiva que adquiriu forma subjetiva. (LARA, 2007, p. 79).

Visto que não basta colher dados, quantificar números, qualificar histórias e experiências vivenciadas por autores de lutas históricas, deve-se buscar compreender a realidade que se mostra por meio dessa investigação.

Como processo de construção do conhecimento, a pesquisa representa não só uma situação problematizada que necessita, para sua explicação, de um referencial teórico, de arsenal de instrumentos, de recursos técnico-operacionais e de mediações, mas representa, e é a própria mediação no processo que objetiva o pesquisador e o objeto. Na sua dinâmica interna, ela procura revitalizar e tornar transparentes os vínculos existentes nas relações entre totalidade e particularidade, tanto do ponto de vista do sujeito como do objeto. (SETUBAL, 2013, p. 75).

Como pontua Sebutal:

O profissional de serviço social busca na investigação por meio da pesquisa conhecer não só o que é posto pelo o imediato, mas o que se processa para além do mediato conhecimento é para nós uma elaboração intelectual resultante do processo que ultrapassa o plano meramente sensível pela mediação do raciocínio lógico, dialético e da consciência sobre a realidade do objeto observado. (SEBUTAL, 2013, p. 33).

De acordo com Netto e Carvalho (2005), “a totalidade está presente na vida cotidiana, espaço em que se materializa o movimento dialético entre particularidade e universalidade, entre singularidade e coletividade”.

“Pensar o Serviço Social (...)” sem deter na reflexão pela reflexão, mas pensar/agir (atividade), transformar a realidade a partir da movimentação íntima entre esses processos que, apesar de diversos, compõem a unidade, apresentam saídas para questões ambíguas, decorrentes de teorias que não dão conta da leitura crítica da realidade e nem subsidiam as respostas demandadas à profissão, face à pluralidade de problemas da questão social., (SETUBAL, 2007, p. 67).

Os sujeitos que foram entrevistados são os/as assistentes sociais lotados na Agencia de Palmas e Tocantinopolis, visto que estes se revezam nas vindas periódicas à Agência da Previdência Social do INSS no município de Miracema do Tocantins. Buscam delinear a execução das entrevistas, pautadas nos seguintes eixos: Atuação profissional do Assistente Social, Efetivação de direitos previdenciários, demandas atendidas por estes profissionais e as contribuições do trabalho do assistente social frente á efetivação de direitos.

Em relação à análise documental, esta foi realizada a partir dos documentos disponibilizados pelo o gerente responsável pela agência: registro dos benefícios requisitados, benefícios concedidos e benefícios indeferidos. Os quais

foram utilizados para efetivar a atuação do profissional de serviço social na agência de Miracema. Para tanto, foram definidos os seguintes eixos: demandas por benefícios que são requisitados na instituição, encaminhamentos realizados, bem como os entraves burocráticos que são postos para concessão dos benefícios. Todo conhecimento trazido no decorrer da execução da pretensa pesquisa é de suma importância para os objetivos pretendidos na mesma.

Neste trabalho a metodologia foi dividida, basicamente, nas seguintes etapas: pesquisa documental e entrevista semi-estruturada fundamentadas no método dialético marxiano.

Neste sentido, o local que foi realizado a pesquisa, ora apresentada, foi a Agência da Previdência Social, que é uma unidade de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, localizada no município de Miracema do Tocantins.

Segundo informações fornecidas pelo gerente da agência (APS) do município de Miracema a mesma é uma unidade de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS que é uma autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social. A agência é situada à Rua 20, s/n, Setor Sussuapara. Funciona em prédio próprio, com uma estrutura média, tendo em seu quadro funcional quatro servidores efetivos e lotados no município de Miracema do Tocantins, sendo o gerente responsável administrativamente pela a agência e três técnicos do seguro social responsáveis pelo o atendimento inicial e agendamento ao público que demanda os serviços prestados pela agência. Conta também, com a presença periódica de médicos peritos e de assistentes sociais, os quais ocorrem a partir da segunda quinzena de cada mês, esses são lotados na agência da cidade de Palmas ou de outras unidades do estado do Tocantins, possui ainda uma auxiliar de serviços gerais e dois vigilantes, sendo esses três últimos terceirizados e lotados na agência de Miracema do Tocantins.

Conforme o gerente da APS as demandas atendidas são beneficiários oriundos de benefícios rurais como aposentadoria rural (por tempo de serviço e idade), entre outros, beneficiários oriundos do benefício de prestação continuada, beneficiários oriundos de benefícios urbanos aposentadoria por tempo de serviço, por idade, por tempo de contribuição dentre outros. É atendido por mês um contingente de 1.200 a 1.500(mil e duzentos a mil e quinhentos) beneficiários, totalizando uma média de 15.000 a 18.000 (quinze mil a dezoito mil) atendimentos

anuais, o agendamento pode ser feito diretamente na agência como também por via telefônica (PREVFONE) através do nº 135. A Agência da Previdência Social de Miracema era um escritório do Funrural antes da implantação do INSS.

Segundo o gerente da agência o Estado do Tocantins possui ao todo doze agências de atendimento e uma para atender apenas as demandas judiciais do INSS, que ficam distribuídas nas cidades de: Araguatins, Araguiana, Arraias, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Miracema do Tocantins, Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Tocantinópolis. Contando com doze profissionais de serviço social, que desse contingente nem todos estão lotados como assistente social. O município de Guaraí foi contemplado recentemente com uma agência desvinculado assim da agência de Miracema e atendendo as cidades de: Guaraí, Colmeia, Goianorte e Pequizeiro que antes pertencia a agência (Miracema), diminuído o contingente de atendimento na agência de Miracema a qual atende as seguintes cidades: Miracema, Araguacema, Bom Jesus, Centenário, Couto Magalhães, Dois Irmãos, Fortaleza do Tabocão, Lajeado, Miranorte, Pedro Afonso, Rio dos Bois, Santa Maria, Tocantínia, e Tupirama.

Ainda de acordo com o gerente da APS, a agência foi totalmente informatizada no ano 2000, passando a funcionar com uma média de 10.000 benefícios em manutenção e oferece informações sobre andamento de processos: Certidões Negativas de Débitos; inscrições de contribuintes individuais; cadastros de matrículas para obras, empresas e equiparados; calculo de acréscimos legais; aposentadorias; pensões; auxílios diversos; certidão de tempo de serviço; benefício assistencial da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); benefício por acidente de trabalho entre outros. A agência de Miracema do Tocantins foi totalmente informatizada no ano de 2000. Esta por ficar cerca de 80 quilômetros de distância de Palmas ser considerada de pequena demanda, não possui todas as categorias de profissionais que compõem o quadro funcional da Instituição recebendo os periodicamente os da capital ou de outras localidades do Estado.

Após análise dos dados obtidos no documento elaboramos tabelas e gráficos, os quais demonstram com clareza dados quantitativos referentes ao ano de 2015, período de realização para a pretensa pesquisa:

Tabela 01: Benefícios requeridos em 2015 nas 12 APS e na APS Demandas Judiciais

APS	jan eiro	fever eiro	ma rço	abr il	ma io	junh o	julh o	ag ost o	Sete mbr o	out ubr o	nove mbr o	Dez emb ro
28001010-Aps Araguaína	73	65	86	84	69	71	16	1	8	67	87	69
28001020 -Aps Gurupi	7	59	90	65	44	44	17	1	14	22	32	49
28001030 Aps Miracema	15	18	19	16	20	26	7	2	6	16	21	16
28001040 -Aps Palmas	49	65	57	42	39	93	54	36	20	31	56	25
28001050 -Aps Araguatins	22	29	25	21	25	13	12	3	4	30	39	27
28001060 -Aps Arraias	11	13	18	22	20	23	0	0	0	30	16	25
28001070 -Aps Dianópolis	7	7	3	15	4	11	6	5	9	11	3	15
28001100 -Aps Paraíso	24	20	23	23	18	21	12	10	3		15	15
28001110 -Aps Porto Nacional	13	18	27	27	15	38	17	18	7	14	22	15
28001120 -Aps Tocantinópolis	39	36	37	31	37	39	14	0	4	40	32	24
28001130 - Aps Colinas do Tocantins	17	20	28	27	24	36	19	0	2	21	22	27
28001140 - Aps Guaraí	17	18	15	20	19	14	10	0	14	14	12	25
28001150 - Aps Demandas Judiciais Palmas	0	0	0	0	2	1	1	1	1	0	0	30
Total	294	368	428	393	336	430	185	77	92	313	357	361

Fonte: Agência da Previdência Social (APS) de Miracema do Tocantins, 2016.

A tabela subsequente traz as análises do contingente anual de atendimento de cada agência no período de 2015, ressaltamos que os referidos atendimentos não são da Política de Previdência, visto que não obtivemos dados mediante as barreiras postas pelo o sistema do INSS.

O entendimento da burocracia institucional requer inicialmente a análise da burocratização das políticas sociais, que redundam no movimento entre o Estado e a sociedade civil em cada etapa do desenvolvimento capitalista. (CARTAXO, 2008,p. 66).

Tabela 02: Total de benefícios requeridos em quantitativos da soma do 12 meses referentes ao ano de 2015 nas 12 APS e na APS de Demandas Judiciais.

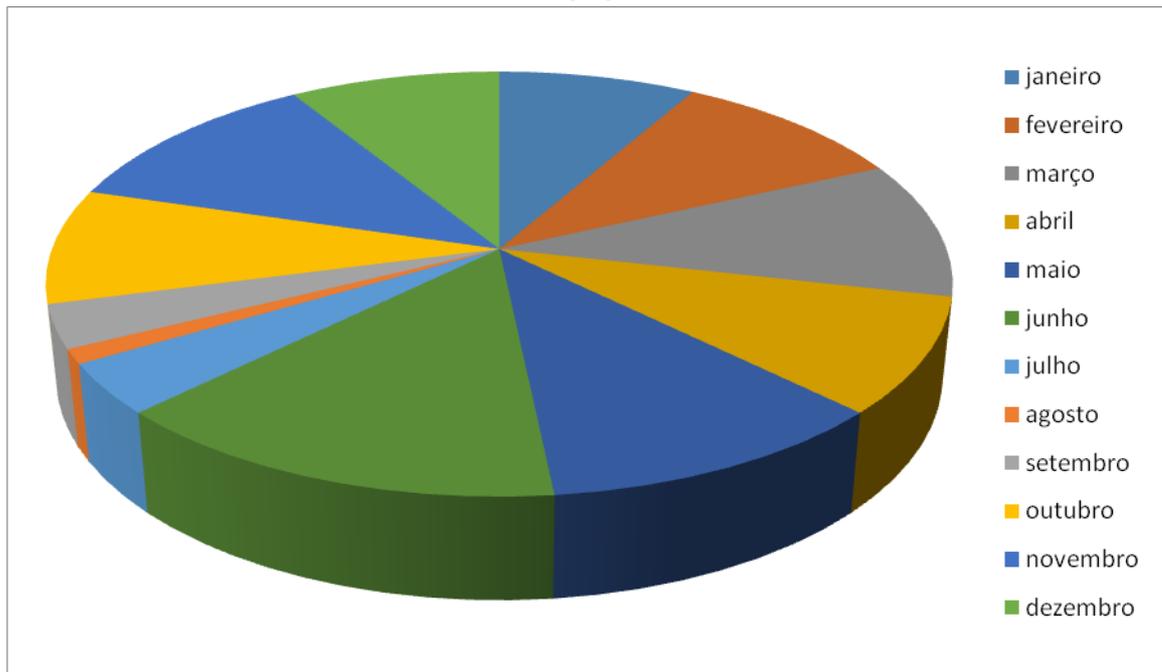
APS	Competência requerimento/2015
	Total
28001010 - Aps Araguaina	695
28001020 – Aps Gurupi	444
28001030 – Aps Miracema do Tocantins	182
28001040 – Aps Palmas – TO	567
28001050 – Aps Araguatins	250
28001060 – Aps Arraias	178
28001070 – Aps Dianopolis	96
28001100 – Aps Paraíso do Tocantins	201
28001110 – Aps Porto Nacional	231
28001120 – Aps Tocantinopolis	333
28001130 – Aps Colinas do Tocantins	243
28001140 – Aps Guaraí	178
28001150 – Aps Demandas Judiciais Palmas	36
Total	3.634

Fonte: Agência da Previdência Social (APS) de Miracema do Tocantins, 2016.

A tabela 02 traz dados dos benefícios requeridos em 2015 nas doze agências e na agência de demandas judiciais que apenas a capital Palmas possui. No entanto não foi possível distinguir o quantitativo dos benefícios separadamente, visto que, estes dados são processados em conjunto, e as agências não têm este controle, pois o INSS comanda as agências por sistemas gerenciados a nível nacional, onde os atendimentos são computados e lançados em um único sistema, possibilitado o beneficiário que deu entrada em um benefício em um estado tenha a opção ser atendido em outro de sua escolha levado em consideração o tempo de conclusão ao contingente de atendimento e ao número de servidores que cada agência possui.

Os Postos de Atendimento⁶ transformaram-se em Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC. As novas instalações financiadas pelo Banco Mundial adequaram-se a critérios “modernizadores” para acomodar os também “modernos” trabalhadores. Entretanto, às alterações no aspecto físico-espacial do SAC não se atrelaram medidas que possibilitassem aos trabalhadores o desempenho do “papel polivalente” requerido – quer pelo desconhecimento legal e administrativo que possuem, quer pela complexidade da política e da burocracia previdenciária. (BRAGA; CABRAL, 2007, p. 173).

Gráfico 01 : Traremos a seguir o gráfico que demonstra os benefícios requeridos agência (APS) do município de Miracema do Tocantins no ano de 2015.



Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 03: Relação de benefícios requeridos na agência da Previdência Social do município de Miracema do Tocantins no ano de 2015:

janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	Dezembro
15	18	19	16	20	26	7	2	6	16	21	16
8%	10%	10%	9%	11%	14%	4%	1%	3%	6%	12%	9%

Como demonstrado no gráfico os meses de agosto e setembro foram os de menor procura por atendimentos e os meses de junho e novembro os que tiveram maior procura. O requerimento é o pedido para o acesso ao benefício previdenciário, isto é, o primeiro passo que deve se buscar.

⁶ Os Postos de Atendimento equivalem as Agências da Previdência Social.

Tabela 04: Dos Benefícios Concedidos em 2015 nas 12 APS e na APS Demandas Judiciais do INSS no Estado do Tocantins

APS	jan eiro	fever eiro	ma rço	abr il	ma io	junh o	julh o	ag ost o	sete mbr o	out ubr o	nove mbr o	Dez emb ro
28001010-Aps Araguaina	14	26	33	22	24	22	5	1	10	28	23	31
28001020 -Aps Gurupi	6	10	38	20	15	16	7	1	7	11	14	18
28001030 Aps Miracema	2	3	6	6	5	5	1	1	0	5	9	3
28001040 -Aps Palmas	19	17	20	18	8	17	10	2	5	16	13	13
28001050 -Aps Araguatins	14	3	10	5	12	11	4	3	3	5	8	9
28001060 -Aps Arraias	7	5	8	9	5	5	2	5	0	9	2	5
28001070 -Aps Dianopolis	1	6	2	5	1	6	1	2	0	3	5	7
28001100 -Aps Paraíso	7	6	9	8	3	4	3	0	1	2	3	5
28001110 -Aps Porto Nacional	7	8	11	8	4	7	2	5	3	3	5	4
28001120 -Aps Tocantinopolis	8	20	23	23	17	14	8	1	0	18	22	8
28001130 - Aps Colinas do Tocantins	7	3	7	6	12	8	4	1	0	5	7	8
28001140 - Aps Guaraí	6	6	7	9	6	5	5	0	2	3	7	8
28001150 - Aps Demandas Judiciais Palmas	13	27	46	47	54	96	35	56	41	39	26	38
Total	111	140	220	186	166	217	87	78	72	147	152	156

Fonte: Agência da Previdência Social (APS) de Miracema do Tocantins, 2016.

A concessão significa que o pedido de requerimento foi deferido, isto é, aceito dentro dos tramites exigidos para alcance do benefício almejado.

Cartaxo pontua que:

Para cumprir as exigências necessárias à concessão do “auxílio-doença”, o segurado percorre uma trajetória, que vai do INPS ao empregador, passando pelos médicos, em busca do preenchimento de formulários e solicitando declarações. De posse de todos os papéis, o segurado retorna ao INPS – com os documentos que comprovam sua identidade pessoal, trabalhista e previdenciária -, a fim de protocolar o requerimento do “benefício” e passa para a etapa seguinte, que é a comprovação da doença mediante perícia institucional⁷, (CARTAXO, 2008, p. 68).

⁷ A citação traz como exemplo de concessão o auxílio-doença para demonstra o percurso e a burocracia enfrentada pelo segurados até a fase final da concessão dos auxílios, que pode ser

Tabela 05: Percentual dos benefícios concedidos em 2015, nas dozes agências, com destaque para a agência do município de Miracema do Tocantins locus da pesquisa

	Competência concessão/2015
APS	Total
28001010 - Aps Araguaina	239
28001020 – Aps Gurupi	164
28001030 – Aps Miracema do Tocantins	46
28001040 – Aps Palmas – TO	158
28001050 – Aps Araguatins	87
28001060 – Aps Arraias	62
28001070 – Aps Dianópolis	39
28001100 – Aps Paraíso do Tocantins	51
28001110 – Aps Porto Nacional	67
28001120 – Aps Tocantinópolis	162
28001130 – Aps Colinas do Tocantins	75
28001140 – Aps Guaraí	04
28001150 – Aps Demandas Judiciais Palmas	518
Total	1.732

Fonte: Agência da Previdência Social (APS) de Miracema do Tocantins, 2016.

Buscamos com os dados evidenciar os entraves postos pela burocratização frente aos direitos, uma vez que se busca proteção social, se depara com sistemas que, barram direitos mediante comprovação da situação que é posta pela obrigação de se comprovar o grau da necessidade que condiz com o deferimento do benefício requerido, para alcançar a concessão do mesmo e usufruir o direito de gozo.

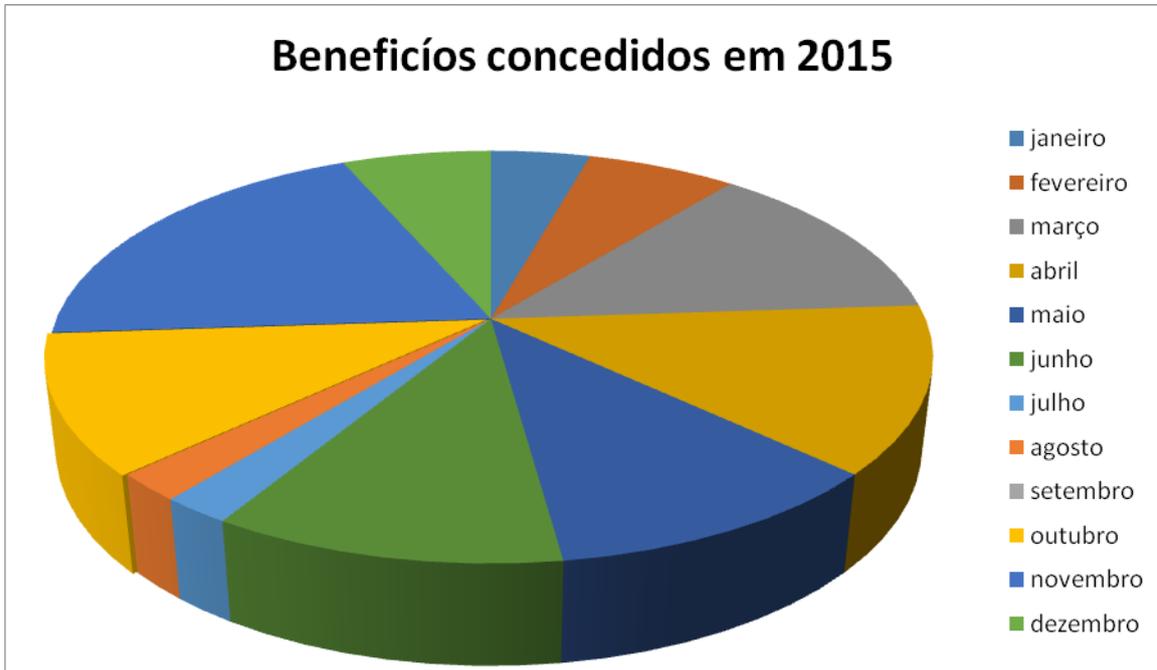
Os mecanismos de distorção do sistema pelo conformismo e resistência prescindem de uma consciência, do desejo de emancipação e de uma perspectiva de transformação do sistema previdenciário. São atos, atitudes e comportamentos isolados que ora negam a condição de cidadão, ora tentam de forma imediata conseguir, facilitar e agilizar o processo burocrático do benefício. (CARTAXO, 2008, p. 138).

Iamamoto pontua que “a aparência de efetuar uma concessão de benefícios – e não de viabilização de direitos”:

Aliada às estratégias discriminatórias, seletivas e meritocráticas no atendimento às necessidades dos segmentos subalternos tem resultado predominantemente em “reiteração da subalternidade”. A relação entre instituições que implementam as políticas de assistência e o público-alvo tem conduzido à pulverização das demandas, obscurecendo sua força sua dimensão coletivas. Essas demandas despolitizadas abrem caminho ao clientelismo no trato da questão social, (Iamamoto, 2011, p. 308).

refutada pela perícia médica e retardada a concessão do benefício, ressaltamos que o INPS correspondia ao atual INSS.

Gráfico 02: Total de Benefícios Concedidos em quantitativos da soma dos 12 meses referentes ao ano de 2015 nas 12 APS e na APS de Demandas Judiciais.



Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 06 demonstrativos do quantitativo e do percentual dos Benefícios concedidos em Miracema do Tocantins

janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	Dezembro
2	3	6	6	5	5	1	1	0	5	9	3
4%	7%	13%	13%	11%	11%	2%	2%	0%	11%	20%	7%

O percentual de benefícios concedidos não necessariamente correspondente ao ano do requerimento, devido ao processo burocrático que consome tempo desnecessário para liberar os direitos pretendidos.

Tabela 07: Dos Benefícios Indeferidos em 2015 nas 12 APS e na APS Demandas Judiciais do INSS no Estado do Tocantins.

APS	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	Junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	Dezembro
28001010-Aps Araguaina	39	50	76	43	56	30	13	10	3	21	21	15
28001020 -Aps Gurupi	17	12	47	21	54	48	4	1	18	14	17	28
28001030 Aps Miracema	2	12	23	9	9	11	6	0	0	3	4	1
28001040 -Aps Palmas	31	37	46	48	29	40	25	5	12	15	30	20
28001050	15	12	25	10	14	16	1	8	3	4	2	7

-Aps Araguatins												
28001060 –Aps Arraias	12	14	7	8	9	9	1	3	0	22	7	3
28001070 –Aps Dianopolis	1	8	4	8	5	6	6	0	4	7	5	6
28001100 –Aps Paraíso	12	9	22	16	16	12	3	4	0	12	9	1
28001110 –Aps Porto Nacional	10	23	19	24	12	8	4	0	0	2	3	5
28001120 –Aps Tocantinopolis	28	35	28	23	12	20	7	4	0	13	7	7
28001130 – Aps Colinas do Tocantins	14	13	16	17	20	19	18	3	0	4	14	10
28001140 – Aps Guaraí	9	13	6	14	8	15	7	0	0	1	7	8
28001150 – Aps Demandas Judiciais Palmas	0	0	0	1	0	3	1	0	2	2	0	1
Total	190	238	318	242	244	237	96	38	42	120	126	112

Fonte: Agência da Previdência Social (APS) de Miracema do Tocantins, 2016.

Quanto ao Benefício Indeferido, este significa que não foi aprovado dentro dos tramites exigido pela burocracia institucional, que reprova baseada em opiniões de profissionais funcionalistas, conforme Cartaxo:

Isso quer dizer que a demanda é selecionada primeiramente pela informação que acidentalmente se possa ter por intermédio do setor de concessão quando o segurado chora sua miséria. (CARTAXO, 2008, p. 154):

Suponhamos que os entraves estão nas formas de diagnóstica cada situação, por profissionais multidisciplinares com visões diferentes e sobre o encargo funcionalista e capitalista que demanda a instituição em que estão lotados.

Tabela 08: Total de benefícios requeridos em quantitativos da soma dos 12 meses referentes ao ano de 2015 nas 12 APS e na APS de Demandas Judiciais.

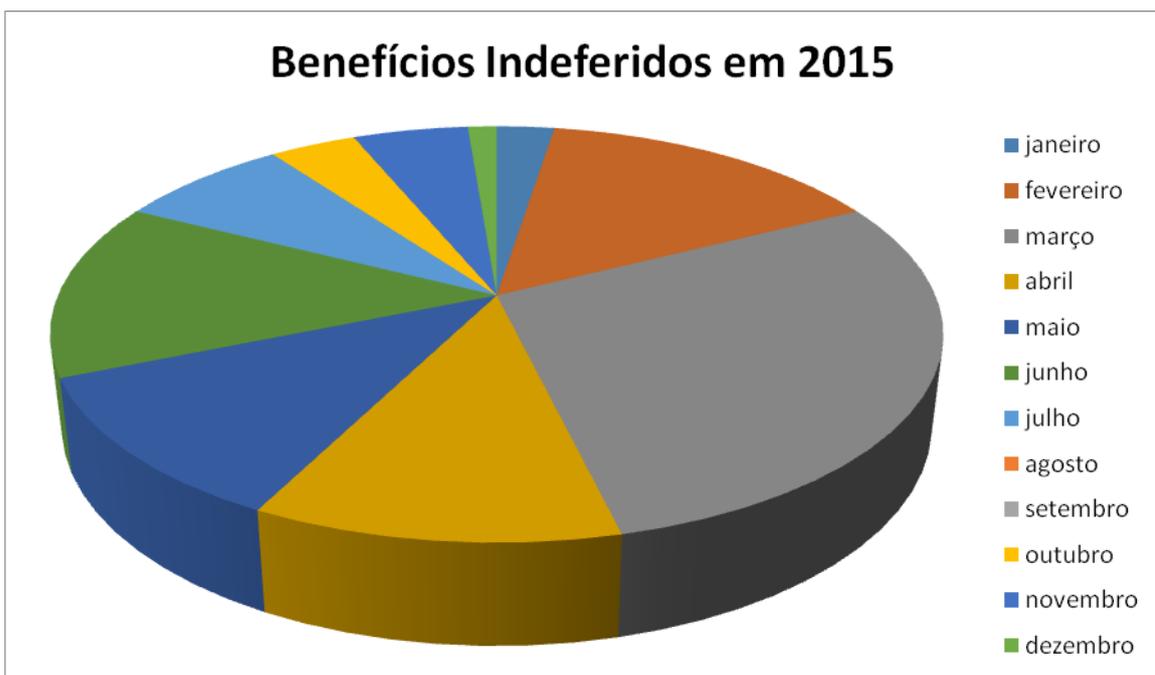
APS	Competência indeferimento/2015
	Total
28001010 - Aps Araguaina	377
28001020 – Aps Gurupi	281
28001030 – Aps Miracema do Tocantins	80
28001040 – Aps Palmas – TO	338
28001050 – Aps Araguatins	117
28001060 – Aps Arraias	95
28001070 – Aps Dianopolis	69
28001100 – Aps Paraíso do Tocantins	116

28001110 – Aps Porto Nacional	109
28001120 – Aps Tocantinópolis	184
28001130 – Aps Colinas do Tocantins	148
28001140 – Aps Guaraí	88
28001150 – Aps Demandas Judiciais Palmas	10
Total	2.003

Fonte: Agência da Previdência Social (APS) de Miracema do Tocantins, 2016.

Como explica a tabela o quantitativo de benefícios indeferidos em 2015 atingiu cerca de 2.000 indeferimentos, sendo que o contingente condiz com o processo de desmonte de direitos, levando o beneficiário a manifestar seu desespero com aponta Cartaxo (2008, p.159) “em meio a tudo isso ocorrem atitudes agressividade, depressão ou alienação da própria situação”.

Gráfico 03: Benefícios Indeferidos em 2015 no município de Miracema do Tocantins



Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 09: Percentual de Benefícios Indeferidos em 2015 na APS do município de Miracema do Tocantins.

janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	Novembro	Dezembro
2	12	23	9	9	11	6	0	0	3	4	1

O Gráfico demonstra a análise dos Benefícios Indeferidos no decorrer do ano de 2015 na Agência da Previdência Social, os meses de março (23) seguido por

fevereiro (12) foram os que mais tiveram benefícios indeferidos, sendo que os meses de agosto (0) e setembro (0) não foram indeferidos nenhum.

Assim, somando as categorias dos benefícios dos quais tivemos acessos no período de 2015 temos o quantitativo total de 7.369 (sete mil trezentos e sessenta e três) benefícios dentre requeridos, concedidos e indeferidos, bem com os meses de maior procura e os de menor, visto que não conseguimos por meio desse instrumento aprofundamos na área de política previdenciária, ou seja, detectar o universo de nossa pesquisa por meio da análise documental.

Em relação às entrevistas observamos ainda, que o sujeito ora selecionado se dispuseram em responder todas as perguntas, ou seja, o profissional concluiu 100% das questões da entrevista, o que nos fez observar a importância de ter questões abertas e fechadas propiciando espaço de expressão de ideias dos/as sujeitos/as da pesquisa das duas maneiras, reafirmando o valor da pesquisa quantiquantitativa.

Mediante a confecção do Termo de Responsabilidade, da Ficha de Identificação do/a/s sujeitos/as e do questionário da entrevista, colocamos em prática a aplicação do instrumento de coleta de dados, ou seja, o resultado final da Entrevista, o qual consiste em 23 questões subdivididas em 10 (dez) questões fechadas e 13(treze) questões abertas. Utilizamos ainda contato telefônico, Email e WhatsApp com todo/a/s 02 (dois) participantes, visto que, os sujeitos da pesquisa não são lotados na Agência da Previdência Social do município de Miracema do Tocantins lócus da pesquisa.

Todos profissionais contatados/as, responderam às mensagens e/ou ligações visto que o contingente era pequeno. Diante do exposto, perfizemos a totalidade da entrevista pretendida aos respectivos profissionais.

Apresentaremos no decorrer do próximo tópico a análise crítica da percepção dos/as profissionais assistentes sociais que atuam na APS de Miracema do Tocantins, referente à atuação do Profissional de Serviço Social no INSS no Município, e com se conclui a efetivação de direito frete o desmonte de direitos outrora conquistados, pontuado nos referenciais teóricos citados no percurso do presente trabalho.

4.2 A identificação da percepção dos assistentes sociais no âmbito do INSS no município de Miracema do Tocantins

No decorrer desse tópico, traremos os resultados da pesquisa, com o objetivo de analisar a percepção dos/as profissionais de Serviço Social inseridos nos espaços sócio-ocupacionais quanto à atuação profissional e a efetivação de direitos previdenciários na Agência da Previdência Social no Município de Miracema do Tocantins.

Através da pesquisa objetivamos alcançar subsídios para problematizarmos as discussões que, envolvem a atuação do Profissional de Serviço Social inserido no de atuação do INSS no Município de Miracema, e como se dá a efetivação desses direitos, e assim, apreender a percepção dos/as Assistentes Sociais no que se refere à aplicabilidade das três dimensões da profissão no agir profissional contribuindo para a efetivação e permanência dos direitos conquistados. Valorizado o Exercício Profissional do Serviço Social no Estado do Tocantins e no INSS.

Segue a identificação e a caracterização dos/as sujeitos/as, conforme demonstrado no quadro subsequente. Apresentamos as características dos/as profissionais atuantes que aceitaram participar da pesquisa, referente à identidade de gênero, idade, raça/etnia, instituição e ano de formação, primeiro emprego com assistente social e o ano, vínculo empregatício, cursos subsequentes:

Tabela 10: Caracterização dos Sujeitos

Idade	Sexo	Raça/Etnia	Ano de Formação	Instituição	Local do 1º Emprego com Assistente Social	Vínculo Empregatício	Cursos
35	F	Parda	2004	Universidade Estadual da Paraíba - UEPB	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS-Ad	Concursado	Especialização
38	F	Parda	2007	Universidade da Amazônia - UNAMA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Pará – CMDCA- PA	Contratado	Aperfeiçoamento profissional

Fonte: Elaborada pela autora.

Considerando a tabela acima, relativa às caracterizações dos sujeitos/os, notamos nitidamente que em sua maioria são pessoas do gênero feminino, tendo em vista que no Serviço Social o gênero feminino prevalece em relação ao gênero masculino. Fomos informados da atuação de um profissional do gênero masculino no lócus da análise, no entanto realizamos o estudo com sujeitos do gênero feminino que compunham o universo da pesquisa, sendo que somente os dois acima citados são os que mais atuam na APS de Miracema do Tocantins.

Observamos que a totalidade da amostra encontra-se na faixa etária de 30 a 40 anos de idade, dentro do padrão, visto que concluíram a graduação aproximadamente há uma década.

No que se refere à raça/etnia, temos 100/% dos entrevistados profissionais identificam como pardos. Destarte não temos nenhum/a profissional que se identifica como branco, negro/a, amarelo/a, indígena e outro.

Quanto ao ano de formação, temos 01 (uma) formada no ano de 2004 e a outra em 2007. Referente à instituição em que se formaram 01 (uma) foi na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB e a outra na Universidade da Amazônia - UNAMA em Belém-PA. Verificam que as duas têm formação em universidades públicas das regiões Norte e Nordeste do País.

No que se refere à primeira atuação com profissional do Serviço Social uma se deu no CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS-Ad, no entanto não foi mencionado o estado tão pouco a cidade do CAPS-Ad, supracitado, a outra no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDA – PA, não sendo mencionada a cidade do Estado do Pará. Quanto ao vínculo empregatício uma inserção foi via curso a outra mediante contratação.

Constatamos que em matéria de qualificação uma possui especialização e à outra, aperfeiçoamento profissional.

O entendimento do Serviço Social como processo de trabalho, implica apreendê-lo como parte do trabalho coletivo da sociedade, partícipe da produção e da reprodução social, no âmbito da qual está à regulação do Estado com a sociedade civil. A profissão é determinada, historicamente, pelas condições sociais objetivas, pelas relações sociais contraditórias da sociedade capitalista, por relações antagônicas de interesses de classe e, também, pela vontade dos sujeitos que fazem a história do Serviço Social. O trabalho profissional do assistente social é organizado na sociedade segundo as necessidades e exigências econômicas e sociopolíticas do processo de acumulação. (BRAGA; CABRAL, 2007, p. 175).

A busca pela qualificação profissional é quesito de suma importância nos degraus de ascensão de toda e qualquer categoria profissional.

Tabela 11: Tabela demonstrativa referente aos seguintes dados: ao tempo de formação profissional; experiência na área da Previdência; tempo de serviço prestado ao INSS; as principais demandas e os órgãos que formam a rede sócio-previdenciária:

Tempo de formação	Experiência na área da Previdência	Tempo de serviço prestado ao INSS	As principais demandas	Os órgãos parceiros da rede sócios previdenciária
11 anos	A primeira	03 anos e 05 meses	Avaliação social inicial e recursal para concessão de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência, Atendimento espontâneos de informação e socialização sobre benefícios previdenciários, assistenciais e acesso à previdência social	CRAS – Centro de Referência em Assistência SOCIAL; Rede de Hospital Estadual, incluindo Casa de Apoio; CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
09 anos	A primeira	03 anos e 05 meses	Pessoas que dão entrada no Benefício de Prestação Continuada (BPC) LOAS são as maiores demandas, além da proteção ao trabalhador	CRAS, CREAS, CAPS e órgãos públicos como Secretária de Saúde, da Mulher, Defensoria Pública, Sindicatos Trabalhadores Rurais e Associação de Pessoas com Deficiência

Fonte: Elaborada pela autora.

Constatamos que os sujeitos do estudo, concluíram suas graduações aproximadamente há uma década. Tiveram sua primeira experiência com a política previdenciária na mesma época, isto é, que foram aprovado/as no mesmo concurso e tiveram suas nomeações no mesmo período, a cerca de três (03) anos e cinco (05)

meses, visto que as duas são efetivas do quadro funcional do INSS mediante o concurso realizado em 2008.

Em fevereiro de 2007, o número total de profissionais – Serviço Social e Reabilitação Profissional – era de 437, com o encargo de realizar o atendimento direto ao usuário. Frente ao problema, o CFESS e os Conselhos Regionais, novamente, solicitaram ao Ministério da Previdência, e ao Presidente do INSS a realização do concurso. (BRAGA; CABRAL, 2007, p. 167).

Na pesquisa, buscamos saber dos/as profissionais, quais as demandas com maior contingente de procura, como resposta obtivemos da primeira entrevista que são: a avaliação social inicial e recursal para concessão de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com deficiência, seguida de atendimentos espontâneos de informação e socialização sobre benefícios previdenciários, assistenciais e acesso à previdência social. A segunda traz que são: “Pessoas que dão entrada no Benefício de Prestação Continuada para Pessoa com Deficiência BPC-LOAS são as maiores demandas, além da proteção ao trabalhador”.

Identificamos nas falas das assistentes sociais que o Benefício de Prestação Continuada constitui a principal demanda procurada e atendida, devido ser da política de assistência não daremos ênfase neste benefício como merecido,

Silva destaca que:

À possibilidade de retorno ao BPC pelas pessoas com deficiência que tiveram experiência no mercado de trabalho e voltaram a adquirir os requisitos que o habilitaram ao benefício, conforme estabelece ao art. 25 do Decreto n. 6.214 de 26 de setembro de 2007. Essas medidas, ainda que importantes para as pessoas às quais se destinam, quando analisadas sob a ótica das orientações macroeconômicas vigentes, reforçam a tendência de atribuir à assistência social papel central no processo de “naturalização” do desemprego, das desigualdades sociais e do crescimento exponencial da pobreza, na medida em que tais medidas e ações não apontam para a superação das causas geradoras das situações, mas para a “suavização” de seus efeitos. As pessoas com alguma deficiência, mesmo não limitadora de sua capacidade de trabalho, e pessoas idosas com idade acima 65 anos, desempregadas ou sem capacidade de continuarem contribuindo com a previdência, procuram o acesso ao BPC como alternativa. (SILVA, 2012, p. 392 e 394).

Constatamos que o BPC é tido com uma alternativa de renda a quem não consegue suprir as suas necessidades básicas, visto que o teto é um salário mínimo, onde se pode conseguir emprego e se ter um rendimento maior.

Tabela 12: O trabalho do assistente social no âmbito do INSS requer parcerias para que se alcance efetivação dos direitos, de acordo com as falas dos sujeitos da pesquisa, relacionamos os dados na tabela a seguir:

Sujeito 1	Sujeito 2
CRAS – Centro de Referência em Assistência Social	CRAS
Rede Hospital Estadual	CREAS
Casa de Apoio	CAPS
CAPS – Centro Atenção Psicossocial	Secretaria de Saúde
	Secretaria da Mulher
	Defensoria Pública
	Sindicatos de Trabalhadores Rurais
	Associação de Pessoas com Deficiência

Fonte: Elaborado pela autora.

É na dinâmica tensa da vida social que se ancoram a esperança e a possibilidade de defender, efetivar e aprofundar os preceitos democráticos e os direitos de cidadania – afirmando inclusive a cidadania social, cada vez mais desqualificada. E, para impulsionar a construção de um outro padrão de sociabilidade, regido por valores democráticos, requer-se a redefinição das relações entre o Estado e a sociedade, a economia e a sociedade, o que depende uma crescente participação ativa da sociedade civil organizada. (IAMAMOTO, 2011, p. 208).

As redes de serviço representam um reforço na luta pela a efetivação de direitos, uma parceria que soma e contribui para se alcançar o que se almeja como profissionais engajados na luta em prol da proteção social aos que dela necessitam.

Buscamos identificar a percepção dos assistentes sociais que atendem na agência (APS), do município de Miracema do Tocantins sobre a efetivação dos serviços ofertados, através de entrevistas semi estruturadas (com questões abertas e fechadas), com duas dentre os quais são destacados para efetuar o atendimento no âmbito da agência, visto que está não possui no seu quadro funcional um profissional do Serviço Social. Nos parágrafos anteriores levantamos a discussão por meio de questões fechadas e algumas abertas. Traremos a partir do próximo parágrafo as análises das questões abertas que contemplas a atuação do profissional do Serviço Social no âmbito do INSS frente a efetivação dos direitos outrora garantidos.

Delineamos a execução das entrevistas, pautados nos seguintes eixos: Atuação profissional do Assistente Social, Efetivação de direitos previdenciários, demandas atendidas por estes profissionais e as contribuições do trabalho do assistente social frente à efetivação de direitos. Traremos a partir deste parágrafo

Diante das falas das duas Assistentes Sociais podemos destacar que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui a principal demanda do Serviço Social, no âmbito de atendimento nas agências, seguidos pelos os atendimentos espontâneos que buscam informações sobre os benefícios previdenciários, assistenciais e acesso à previdência social.

Tabela 13: Demonstrativo específico aos serviços mais demandados e ofertados pelo o profissional Serviço Social nas APS do INSS do Estado do Tocantins:

Sujeito 1	Sujeito 2
Prestar atendimento técnico individual e coletivo aos usuários esclarecendo quanto ao acesso aos direitos previdenciários e assistenciais, e sobre os meios de exercê-los	Socialização de informações interna e externa de acesso e ampliação a benefícios previdenciários e assistenciais
Socializar informações previdenciárias e assistenciais tanto no âmbito, interno quanto externo à instituição, em ações que promovam a articulação entre o INSS, movimentos sociais, instituições governamentais e organizações da sociedade civil	Avaliação para pessoa com deficiência
Realizar estudos e pesquisas sobre a realidade social, na qual se inserem os usuários da Previdência e sua família, com vistas a subsidiar ações no âmbito da política previdenciária	Trabalhos externos como palestras, reunião com a rede sociassistencial e visita técnica institucional
Emitir parecer social com o objetivo de fornecer elementos para reconhecimento de direitos, manutenção e recurso de benefícios e decisão médico pericial	
Realizar avaliação social da pessoa com deficiência requerente do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, com base nos princípios da Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde - CIF	
Assessorar e prestar consultoria aos movimentos sociais, entidades governamentais e organizações da sociedade civil, em assuntos de política e legislação previdenciária e de assistência social	
Promover articulação com entidades públicas e da sociedade civil para conhecimento da rede de recursos sociais	
Realizar visitas técnicas domiciliares e/ou institucionais.	
Propor, elaborar e executar programas, projetos e ações em consonância com as	

demandas dos usuários e o plano de ação nacional do Serviço Social.	
Contribuir para a formação a formação de cidadãos conscientes acerca da proteção ao trabalho e ampliação do acesso às políticas de Seguridade Social.	
Propor, coordenar e participar de eventos institucionais e extrainstitucionais, respeitadas as autorizações e a agenda de trabalho.	
Participar de reunião/supervisão técnica junto ao Responsável Técnico Serviço Social da Gerência Executiva.	
Avaliar e supervisionar estagiários do curso d Serviço Social.	
Proteção para o trabalhador e sua família.	
Registrar os dados do Boletim Estatístico do Serviço Social e outros dados qualitativos referentes às ações desenvolvidas, e encaminhar ao Responsável Técnico do Serviço Social.	
Desenvolver ações conjuntas com as áreas de Perícia Médica e Reabilitação Profissional	
Atuar como assistente técnico na Procuradoria Federal Especializada do INSS, quando solicitado.	

Fonte: Elaborada pela autora.

O Serviço Social recebe a função de interlocutor da instituição e o assistente social deve prestar atendimento ao usuário dissociado do sistema mediante orientação, encaminhamento, prestação de auxílio material, visando o cumprimento de suas exigências ou correção de sua disfunção. (CARTAXO, 2008, p. 148).

Percebemos que os profissionais do Serviço Social, são polivantes dentro das exigências a serem cumpridas, como posto por Cartaxo:

Entendemos, pois, que há uma diferença fundamental entre interlocutor e mediador. Enquanto o primeiro nos sugere um papel estático de passagem, de forma relativamente vertical, o segundo nos aponta movimento, horizontalidade, dinamicidade. Ao atribuir ao Serviço Social um papel de interlocutor, a instituição reconhece expressa na própria definição do objeto de intervenção, a ineficiência do sistema. (CARTAXO, 2008, p. 148-).

Identificamos nas colocações das entrevistadas o que autora supracitada evidencia nas funções de interlocução e mediação. O interlocutor apenas repassa o que lhes é posto, enquanto o mediador busca compreender a situação para poder intervir nos pontos do problema identificado.

Diante do exposto buscam identificar os órgãos ou instituições que formam as redes de encaminhamento quando não é possível solucionar a questão social posta pela demanda atendida conforme trazido pelas assistentes sociais do INSS, uma traz que “quando há necessidade de encaminhamentos, esses são realizados para rede sócio assistencial disponível no município da agência ou no município de moradia do usuário”, a outra diz que “CRAS, CREAS e CAPS são a maioria dos encaminhamentos, outros defensoria pública”.

Os entraves muitas vezes são postos por recursos materiais, buscam identificar se há e qual/is, são mais frequentes para emperrar a atividade do profissional do Serviço Social no desenrolar de sua atuação. Quanto às dificuldades para realização do serviço, a totalidade (100%) dos sujeitos entrevistados colocou que o transporte é uma das maiores dificuldades se não foi à maior, para realização de seu dever profissional fora das APS.

Fiquei na dúvida, quanto aos materiais. Entendi como recursos. Na verdade quanto a esse ponto o maior entrave é quanto a indisponibilidade de apoio a realização das atividades externas, a exemplo de palestras e visitas domiciliares a requerentes. (SUJEITO 1⁸, 2016).

O sujeito 2 (2016), cita com entrave material a falta de veículo oficial, “A instituição não tem carro oficial para atividades externas o que dificulta atividades na Zona rural e até a avaliação à pessoas acamadas”.

Superação de alguns entraves principalmente com relação ao entendimento por parte da equipe de trabalho sobre o fazer profissional do assistente social; romper a burocracia institucional; conseguir de fato contribuir para viabilização de direitos e emancipação dos sujeitos. Buscar capacitação profissional, fazer pós-graduação em nível de mestrado. (SUJEITO 1, 2016).

Buscamos saber dos sujeitos da pesquisa se a perspectiva posta para a atuação profissional atende as necessidades demandas pelo o INSS. O sujeito 1, “Sim. Tendo em vista que as atividades profissionais realizadas pelos assistentes sociais favorecem o acesso aos direitos sociais e o exercício da cidadania”, e o sujeito 2, “Acredito que sim, porque nos orientamos pelo nosso manual técnico e planejamentos direcionados as ações do serviço social na previdência”.

⁸ Os sujeitos 1 e 2 se referem as assistentes sociais , entrevistas pela autora da pesquisa.

Quanto aos desafios postos para o assistente social pela atual conjuntura, como vocês expressam seus sonhos perspectivas, e se é possível se pensar um futuro melhor.

Superação de alguns entraves principalmente com relação ao entendimento por parte da equipe de trabalho sobre o fazer profissional do assistente social; romper a burocracia institucional; conseguir de fato contribuir para viabilização de direitos e emancipação dos sujeitos. Buscar capacitação profissional, fazer pós-graduação em nível de mestrado. (SUJEITO 1, 2016).

O sujeito, 02, expressa que:

Os desafios são as barreiras impostas muitas vezes pela instituição nos limitando a exercer nossas atividades e eu, enquanto assistente social, busco outras estratégias ou possibilidades para concluir o trabalho. Minha perspectiva e até diante desta nova conjuntura, é que não haja desmonte da previdência social evitando o corte de direitos aos cidadãos, que não aumentem a idade de aposentadoria de quem está morrendo de trabalhar e sim dêem acesso e garantia de direitos aos cidadãos, direitos que já são garantidos há anos e estão querendo retirar da população. Dar acesso e ampliar direitos previdenciários e assistenciais sem restrições, além de autonomia do fazer profissional na previdência social são os sonhos para o futuro. (SUJEITO 02, 2016).

As expressões da questão social são visíveis, a partir de que ponto é visualizado dentro da Política de Previdência.

A questão social é facilmente identificada nas suas expressões no âmbito da política previdenciária. Por ter caráter contributivo essa política exclui grande parte de cidadãos em situação de desemprego e até que estão no mercado de trabalho informal. Os usuários dessa política recorrem ao INSS que é o seu órgão operacionalizador em busca ter o seu direito reconhecido. Na grande parte os benefícios concedidos são a única renda desses trabalhadores. (SUJEITO 1, 2016).

De acordo com a fala do sujeito 01 reconhecemos na relação de trabalho/empregado as expressões da questão social nas formas de desemprego, emprego terceirizado, exército de reserva, permanecem sujeito de proteção social somente os que conseguem trabalho com carteira assinada e os que participam de algum regime previdenciário, os demais são excluídos de proteção.

Identifico através da demanda que atendo, reconhecendo o adoecimento pela exploração do trabalho, a negação de direitos trabalhistas, a falta de conhecimento da população que causa a restrição de direitos na previdência social. A questão social na previdência é vista como a desconstrução de direitos a trabalhadores. (SUJEITO 02, 2016).

O sujeito 02 traz na sua fala pontos importantes de análise que partem da exploração sofrida pelos trabalhadores caminhando ao adoecimento e finalizado com a negação e o desmonte de direitos.

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho. Os assistentes sociais, por meio da prestação de serviço sócio-assistenciais – indissociáveis de uma dimensão educativa (ou político-ideológica) – realizada nas instituições públicas e organizações privadas, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às variadas expressões da questão social, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, entre outras dimensões. (IAMAMOTO, 2011, p. 163).

A questão social como elencada nas falas anteriores é posta na política previdenciária pela relação do emprego e do desemprego, que causa as expressões vivenciadas pelos os sujeitos sociais desempregados, com empregos informais ou terceirizados.

O que acresceu de positivo para a política previdenciária a partir da atuação do profissional do Serviço Social.

As ações profissionais do Serviço Social são direcionadas para a participação do usuário na implementação e no fortalecimento da política previdenciária e de Assistência Social, com base nas demandas locais e em articulação com as organizações da sociedade civil. Compete ao Serviço esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade. (SUJEITO 1, 2016).

Percebemos nitidamente as colocações do sujeito 01 da pesquisa quanto às ações dos profissionais do Serviço Social, a participação do usuário na prática da política previdenciária, que busca por meio do esclarecimento os meios do exercício dos direitos sociais.

O Serviço Social existe a 70 anos na previdência, tem grande intervenção nesta política pública dando acesso a informações previdenciárias e assistências, além de garantir direito ao Benefício de Prestação Continuada a pessoas com deficiência, quando antes era avaliado fisicamente apenas pelo médico-perito. Então, diante da inserção do serviço social na previdência muitos acessos a beneficiários estão sendo garantidos. (SUJEITO 02, 2016).

A importância do Serviço Social enquanto profissão é visível na fala do sujeito 02 da pesquisa, quando este traz que antes do Serviço Social fazer parte do

quadro funcional do INSS as pessoas com deficiência eram avaliadas somente pelo médico-perito, isto significa que não havia uma avaliação social, econômica e humanizada.

A percepção da atual conjuntura a partir da visão das assistentes sociais entrevistadas.

Na conjuntura atual vivenciamos ainda mais claramente o desmonte da política previdenciária iniciada na década de 90 e que ao que parece está cada vez mais perto de ser implantada. Tais mudanças afetam diretamente os segurados da previdência social e seus direitos conquistados ao longo de muita luta. Os servidores do INSS também são diretamente prejudicados já que também são segurados. No momento estamos vivendo um período delicado e de muito embate com o governo para que tais direitos constitucionais não sejam tirados dos trabalhadores. (SUJEITO 1, 2016).

Conforme a percepção da autora supracitada sobre a atual conjuntura será complementada no discurso de Braga e Cabral:

Na década de 90, ocorreu a redução no quantitativo de servidores, em função de demissão voluntária ou não; de aposentadoria precoce - devido à ameaça da Reforma - e pela não realização de concurso público. A utilização de alunos de nível médio para o exercício de tarefas nos Posto de Benefício/SAC, configurou-se como exploração e trabalho precarizado, e ocorreu sem um acompanhamento substantivo, além meramente burocrático. (BRAGA; CABRAL, 2007, p. 177).

Não obstante as lutas e manifestações sociais ao longo do tempo, as políticas sociais desenvolvidas, geridas e planejadas pelo Estado e destinadas à classe trabalhadora são políticas que estão atravessadas por limitações e desafios incessantes, visto que a classe trabalhadora não obtém suas necessidades básicas, sofrendo com a pauperização e exploração, aspectos inerentes ao capitalismo.

Vejo como um grande retrocesso, pois estão cortando direitos já emancipados por longos anos. Sou de posição contrária a essa tendência regressiva dos direitos sociais e de desconstrução de seus fundamentos. Ressalto que não só direitos querem extinguir, mas também o serviço social que atende milhões de pessoas, distanciando a Previdência Social dos princípios de Seguridade, por ser disputada pelo capital, (Sujeito 02, 2016).

Buscamos dialogo com Braga e Cabral para evidenciarmos o que foi posto pela assistente social, supracitada

Para compreender os avanços e retrocessos do Serviço Social na Previdência, é importante resgatar as transformações societárias ocorridas na década de 90, e o período compreendido entre 2000 e 2007. Essas

transformações forma determinadas pela crise do capital – década de 70 -, que as enfrentou, criando estratégias expressas:

- Nos novos processos de reestruturação produtiva e de organização do trabalho;
- Na predominância do capital financeiro sobre o industrial;
- Nas mudanças institucionais com reformas no papel e na gestão do Estado;
- Nas alterações nas relações entre os países de capitalismo central e nos periféricos, configurando-se em novo imperialismo. (BRAGA; CABRAL, 2007, p. 157).

O Serviço Social como ciência e o Assistente Social enquanto profissional se introduzem na luta pela efetivação dos direitos sociais e de uma nova ordem societária, buscando a equidade e a justiça social, como dispõe o Código de Ética do/da Assistente Social e o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

O Trabalho do Assistente Social é posto como os demais trabalhos, onde se compra e vende a força de trabalho, ficando assim, vinculado a um modo posto de produção, que se deve seguir, porém o profissional do Serviço Social precisa romper com essa barreira, para conseguir efetivar as demandas que atende.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido em forma de investigação científica buscou analisar por meio do tema “SERVIÇO SOCIAL E, PREVIDÊNCIA SOCIAL: a efetivação de direitos no município de Miracema do Tocantins”, referente à ação dos/as profissionais/as atuantes na realidade do Serviço Social no âmbito do INSS na APS de Miracema do Tocantins no curso do ano de 2015.

Pesquisado a percepção desses profissionais quanto à atuação no lócus do labor, as assistentes sociais (entrevistadas) do INSS do Estado do Tocantins opinaram a cerca das indagações proposta sobre o tema, balizada pelos objetivos que buscaram compreender a práxis da profissão em relação à garantia de direitos dos beneficiários do INSS, averiguando a conduta quanto às três dimensões da categoria em discussão.

No decurso destas considerações, podemos afirmar que os objetivos da investigação foram alcançados, sendo que através da coleta de dados (por meio da análise documental e da entrevista aplicada junto aos/as profissionais) conseguimos explanar as percepções dos/as sujeitos/as quanto à Atuação do Profissional do Serviço Social estudado e mediante avaliação quantiqualitativa aposta. Buscamos identificar as problemáticas trazidas pelas profissionais e se estas conformam com as balizarem que determina o fazer profissional do Assistente Social, problematizando as atuações dos Assistentes Sociais na efetivação dos direitos no município de Miracema do Tocantins, de certo contribuirá para a valorização da Profissão no âmbito do INSS.

Observou-se a verificação da hipótese levantada que a totalidade dos/as profissionais sujeitos/as da pesquisas são concursados, trabalhando às trintas 30h semanais e com remuneração razoável posto a realidade brasileira.

Outro aspecto importante observado mediante análise dos resultados consiste no fato de que há limitações na atuação dos/as profissionais, advertindo sobre algumas fragilizações em relação ao Projeto Ético Político da categoria por parte dos assistentes sociais que o efetuam.

Transitar da análise da profissão para o seu efetivo exercício agrega um complexo de novas determinações e mediações essenciais para elucidar o significado social do trabalho do assistente social – considerado na sua unidade contraditória de trabalho concreto e trabalho abstrato – enquanto exercício profissional especializado que se realiza por meio do trabalho

assalariado alienado. Esta condição sintetiza tensões entre o direcionamento que o assistente social pretende imprimir ao seu trabalho concreto – afirmando sua dimensão teleológica e criadora -, condizente com um projeto profissional coletivo e historicamente fundado; e os constrangimentos inerentes ao trabalho alienado que se repõem na forma assalariada do exercício profissional. Em síntese, na direção analítica aqui proposta, a análise do trabalho profissional supõe considerar as tensões entre projeto profissional e alienação do trabalho social no marco da luta da coletividade dos trabalhadores enquanto classe. (IAMAMOTO, 2011, p. 214).

Como hipótese a questão levantada, era esperando identificar o processo de desmonte de direitos a começar pela política previdenciária, que perpassou vários governos federais, destituído direitos em todos os âmbitos, pontuados em PECs, (20, 40)⁹.

A reforma de 2003, ao mudar as regras constitucionais, descartou uma das principais cláusulas do contrato de trabalho entre os servidores públicos e o seu empregador, o Estado: a aposentadoria integral por tempo de serviço, um direito e uma vantagem que balizou a opção de vida de milhares de cidadãos que optaram pelo serviço público. Ao substituir este direito pela opção de associar-se a um fundo de previdência complementar, o governo penaliza seus servidores, posto que esta poupança compulsória irá onerar ainda os defasados salários dos servidores. Além desta, alterou o limite da idade, o teto das aposentadorias e pensões, as de paridade, o tempo de permanência no serviço público e instituiu a contribuição dos inativos. A reforma ainda não está totalmente concluída e tramita no Congresso a chamada PEC paralela, de n. 77, que legislará sobre as regras de transição, o teto e subteto salarial, a contribuição de inativos portadores de deficiência ou doença incapacitante, a paridade dos reajustes dos ativos e inativos, a inclusão dos 40 milhões de trabalhadores não filiados à Previdência, novos mecanismos de controle e o senso previdenciário quiquenal. (BRAGA; CABRAL, 2007, p. 139).

Em meio a diversas questões levantadas pela temática aos profissionais sujeitos/as da pesquisas destacaremos o retrocesso no âmbito do INSS em relação à atual conjuntura, ficou nítido nas falas das assistentes sociais entrevistadas que a contrarreforma da previdência destituiu direitos dos trabalhadores outrora conquistados, ressaltando que o Serviço Social na Previdência sofreu sérias ameaças de extinção.

Se há esperança na história, os desafios para o Serviço Social da Previdência impõem-se como realidade premente, exigindo que os profissionais aprofundem o entendimento teórico-analítico da realidade e de sua própria intervenção técnico-operativa. O que se coloca, novamente, é a necessidade de compreensão crítica da realidade, no sentido de captar a totalidade do ser social – econômico, político e cultural, em suas múltiplas

⁹ PEC 20, alterou o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) em 1990 e PEC 40, mudou o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos em 2003.

determinações, e as transformações societárias, manifestas na questão social, ou seja, nas condições concretas de vida e trabalho da população usuária da Previdência. Essa compreensão, processada a partir de mediações necessárias, apontará as estratégias de intervenção do trabalho profissional. Impõe-se, como prioritário, o regate da Matriz – de suas diretrizes e fundamentos – como eixo unificador de um projeto profissional no âmbito da Previdência. (BRAGA; CABRAL, 2007, p. 180).

Nessas conjunturas, apontadas pelos resultados, conclui-se que a pesquisa mostra-se em circunstância específica e determinada, não sendo possível comprovar resultados da totalidade, não admitido, pois generalizar, porém admite que presumam achados e sugestões, vivenciados no exercício profissional no âmbito do INSS, e aceita que os avanços que possam surgir por meio dessa pesquisa decorram às APS do Estado do Tocantins.

Mostra-se necessário construir uma atuação voltada para a efetivação dos direitos civis, sociais e trabalhistas dos sujeitos e de negação á prática conservadora e funcionalista pautada pela a instituição. Buscando atuar nas diretrizes que norteiam a profissão, mediante as ações críticas, construtivas, reflexivas e conscientes direcionadas para a emancipação da demanda dos usuários.

A partir dessas reflexões, aspira-se uma atuação voltada para o movimento crítico-dialético que possibilite se alcança as três dimensões que materializam o agir profissional do Serviço Social nos espaços ocupacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, República Federativa do. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 22 de janeiro de 2016.

BRASIL, Ministério da Previdência e Assistência Social. **A seguridade Social os Processos de Integração Regional**. Brasília: CEPAL, Escritório no Brasil, 1996.

BRASIL. Código de Ética do Assistente Social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da profissão. 9. Ed. Rev. e Atual. **Conselho Federal de Serviço Social**. Brasília, 2011.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de (orgs.). **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**: -2.ed. -São Paulo, Cortez, 2010.

BRAGA, Léa e REIS, Maria do Socorro. **Serviço Social na previdência**: trajetória, projetos profissionais e saberes (orgs). – 3º ed. São Paulo, Cortez.

BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005. Disponível em: <www.entese.ufsc.br> Acesso em: 30 de janeiro de 2016.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine. Introdução: serviço social e política. In. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo. Cortez, 2007;

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine. **Seguridade social e trabalho – A Caminho da Democracia**: as Estratégias da Nova República. Brasília: UnB, 2006;

CARTAXO, Ana Maria Baima. **Estratégias de sobrevivência**: a previdência e o serviço social. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, YOLANDA. **A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social**. Artigo publicado nos Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, modulo 4, CEFSS/ABEPSS-UNB, em 2000.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Revista Katál**. Florianópolis v.10 n. esp.2007.

MARX, Karl. **O Capital**: tradução e condensação de Gabriel Deville – Bauru, SP: EDIPRO, 3ª ed., 2008 (Série Clássicos Edipro).

MATOS, Maurílio Castro de, Conservadorismo, lutas sociais e Serviço Social: considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 124, ANO XXXVI - novembro 2015.

MÉZÁROS, István. A crise estrutural do Capital. In. MÉZÁROS, István. **Além do capital**. Tradução Álvaro Bianchi, Boitempo, 1998).

MOTA, Ana Elizabete, **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90 – 6. ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

PAULO NETTO, José Paulo, Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Rev. Serviço Social e Sociedade**, nº 50 – ANO XVII- abril 1996.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Revista Textos e Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 1 p. 116-128, jun./jul. 2012.

RAUPP, Fabiano Maury, BEUREN, Ilse Maria, **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais**: como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

RAICHELIS, Raquel, **O assistente social como trabalhador assalariado**: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, jul./set. 2011.

RICHARDSON, Robert Jarryet al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. Rev. e Atual. São Paulo: Atlas, 2008.

SETUBAL, Aglair Alencar, **Pesquisa em Serviço Social**: utopia e realidade. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SETUBAL, Aglair, Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Revista Katálysis**, Florianópolis v. 10 n. esp. p. 64-72, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim, **Metodologia do Trabalho Científico**: 23ª edi. rev.eatual.-São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira**: Entre a política pública e o mercado. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2007;

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **A Previdência social no Brasil**: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização. São Paulo: Cortez, 2012.
Significado de INSS. Disponível em: <www.significados.com.br/inss/> Acesso em: 27 de janeiro 2016;

SORIANO, R. R. **Manual de pesquisa social**. Trad. Ricardo Rosenbusch. Petropolis: Vozes, 2004;

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos do serviço na contemporaneidade**. Texto escrito para o curso de especialização *lato sensu* em serviço social: direitos sociais e competências profissionais. cfess/abepss 2009.

APENDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
APENDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____,
concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de graduação **AURIVANIA DE PAULA CARVALHO**, do curso de Serviço Social da UFT – Universidade Federal do Tocantins, sob orientação da Prof^a. Josenice Ferreira dos Santos Araujo. A pesquisadora pode ser contatada pelo e-mail v.carvalho1973@hotmail.com e pelo telefone (63) 8441-7082. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com Assistente Social que atendente na Agência de Previdência Social de Miracema do Tocantins, visando, por parte da referida aluna a realização de um trabalho de conclusão de curso da disciplina de graduação intitulada. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Miracema do Tocantins – TO, ____ de _____ 2016

Aurivania de Paula Carvalho
(Assinatura da Pesquisadora)

Assinatura da/o Entrevistada/o

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Serviço Social, e Previdência Social: a efetivação dos direitos no Município de Miracema do Tocantins

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II
Docente: Prof^a. Josenice Ferreira dos Santos Araújo
Discente: Aurivania de Paula Carvalho

**Roteiro de Entrevista Semi-estruturada
Formulário de Entrevista com Assistente Social**

BLOCO I – PERFIL DOS ENTREVISTADOS:

Entrevista nº _____ Unid/INSS: _____ Nº de AS _____

Duração: _____

1. Perfil profissional:

1.1 Nome:

1.2 Idade:

1.3 Sexo:

1.4 Raça/Etnia: () Branca/o () Negra/o () Parda/o () Amarela/o () Indígena () Outro

1.5 Ano da Formação Profissional:

1.6 Instituição:

1.7 Qual foi o local do 1º emprego como A.S:

1.8 Ano:

1.9 Vínculo Empregatício: Concursado () Contratado ()

1.10 Cursos: Especialização () Pós Graduação () Aperfeiçoamento profissional ()

Outros ()

BLOCO II –

1. A quanto tempo está formada e qual Instituição que te formou?

2. Essa foi sua primeira experiência na área da Previdência?

3. Há quanto tempo trabalha no INSS?

4. Quais são as suas maiores demandas?

5. Quem são os órgãos que formam a sua rede sócio previdenciário no INSS?

6. Quais são os serviços ofertados pelo Serviço Social?

7. Quando existe encaminhamentos para aonde são levados os usuários ?

8. Quais as condições materiais que faltam e dificultam o seu fazer profissional?

9. Você acredita que o seu fazer profissional é feito dentro das ações de previdência? Por que?

10. Quais os teus desafios enquanto Assistente Social e teus sonhos e perspectivas para o futuro?

11. Como você identifica a Questão Social na Previdência Social?

12. Pra você quais as contribuições do Serviço Social na Previdência Social?

13. Qual o seu ponto de vista em relação a atual conjuntura do desmonte de direitos no INSS?